

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

“CAMINHADAS PELA CIDADE”:

Um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação
política de Alagoinha do Piauí

PICOS – PI.

2014

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

“CAMINHADAS PELA CIDADE”:

Um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação política de Alagoinha do Piauí

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

PICOS – PI.

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R672c Rocha, Maria Lucimar da.
“Caminhadas pela cidade” : um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação política de Alagoinha do Piauí / Maria Lucimar da Rocha. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (95 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.

Orientador(A): Prof. MSc. Raimundo Nonato L. dos Santos

1. Cidade. 2. Alagoinha do Piauí. 3. Urbanização. I. Título.

CDD 711.812 2

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

“CAMINHADAS PELA CIDADE”:

Um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação política de Alagoinha do Piauí

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. M.s. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. M.s. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (Examinador)
Universidade Federal do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos dezessete (17) dias do mês de março de 2014, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Maria Lucimar da Rocha** sob o título **Caminhadas pela cidade: um passeio pelo processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960-1985)**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinador 1 : Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 2: Prof. Ms. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 17 de março de 2014

Orientador (a): Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinador (a) 1: Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador (a) 2: Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Dedico este trabalho de conclusão de curso à Deus, minha fortaleza, à minha família, pai, mãe e irmãs, minhas sobrinhas amadas e ao meu namorado, pela dedicação, paciência e auxílio durante o desenvolvimento deste trabalho, e por acreditarem em mim nos momentos mais difíceis, motivando-me a superá-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me fez forte o suficiente para continuar lutando em prol deste objetivo. Que me deu forças para continuar em frente nos momentos mais difíceis desta etapa de minha vida.

Agradeço infinitamente aos meus familiares (tios, primos, avós, cunhados), e de forma especial a meu pai, Neto, minha mãe, Antônia, minhas irmãs, Cida, Laura e Bibiana e minhas três sobrinhas Izabela, Sara e Maria Eduarda, por acreditarem em minha capacidade e me darem o carinho, amor e o apoio necessário em todos os momentos, ao longo deste curso, para que eu pudesse realizar meu sonho.

Agradeço ao meu amor Cleidimar, pelo auxílio, carinho e compreensão, nos momentos de estresse por causa dos estudos.

Ao meu querido orientador, professor Raimundo Nonato Lima dos Santos, que com sua sabedoria, paciência e dedicação orientou-me em todos os momentos necessários para a realização deste trabalho. Meu muitíssimo obrigada!

Agradeço também às pessoas que me auxiliaram, prestando informações, indicando fontes, cedendo materiais para a realização deste trabalho. Entre elas, que são muitas, agradeço de forma especial à: professora Ana Antônia, professora Valdênia, professora Fidélia; pois sem a ajuda de vocês a realização deste trabalho teria sido muito mais difícil.

À memória de minha querida avó Bibiana Sousa (falecida em junho de 2013), ao meu cunhado e amigo Everaldo (falecido em março de 2013) e à memória do poeta Adão das Chagas Brito (falecido em 2012).

Grata de uma forma muito especial às minhas queridas amigas, companheiras de curso: Priscila, Miriam e Lívia, por compartilharem comigo momentos bons e ruins durante estes quase cinco anos e por fazerem os momentos na universidade ganharem muito mais alegria e descontração. O meu muito obrigado também aos demais colegas de curso!

À todos os professores do curso de História por toda a contribuição na minha vida acadêmica e por toda a influência na minha vida profissional. Muito Obrigada!

Agradeço, enfim, a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para que eu alcançasse este objetivo e no desenvolvimento deste trabalho.

OBRIGADA!

Uma vela não se acende sozinha, necessita da grandeza e sensibilidade de quem se propõe a riscar o fósforo.

Fidélia Rocha

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação do povoado Alagoinha, seus primeiros moradores e a construção dos elementos essenciais para o início de sua urbanização. Para tal, fez-se um retrocesso ao século XVIII, quando teve início o povoamento da área que hoje compõe o município. Esta ocupação inicial se deu através da instalação de pequenos sítios de criação de gado e de agricultura familiar, atraídos pela abundância de terras próximas a aguadas. Analisa também o processo de emancipação política da cidade de Alagoinha do Piauí, iniciado em 1960, por meio de mobilização popular e culminado em 1986, após cumpridas todas as exigências legais. Para a construção da escrita e das reflexões sobre cidade, contou-se com o apoio de Raquel Rolnik, Michel de Certeau, Roberto Lobato Corrêa e outros autores que tratam sobre o tema. Já sobre a discussão da relação entre história e memória, nos baseamos principalmente em Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Sônia Maria de Freitas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Alagoinha do Piauí. Urbanização.

ABSTRACT

This paper analyzes the formation of Alagoinha populated, its first residents and the construction of the essentials for the beginning of its urbanization. To this end, there was a setback to the eighteenth century, when it began the settlement of the area that today makes up the city. This initial occupation came through the installation of small farms livestock and family farmers, attracted by the abundance of near watery lands. It also examines the process of political emancipation City Alagoinha do Piauí, initiated in 1960, through popular mobilization and peaked in 1986, after complying with all legal requirements. For the construction of writing and reflections on city counted on the support of Raquel Rolnik, Michel de Certeau, Roberto Lobato Corrêa and other authors who deal on the subject. Already on the discussion of the relationship between history and memory, we rely primarily on Michael Pollak, Maurice Halbwachs and Sonia Maria de Freitas.

KEY-WORDS: City. Alagoinha do Piauí. Urbanisation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.....	14
Figura 2. Segunda capela de Pio IX. Construída em 1783.....	29
Figura 3: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 1985.....	36
Figura 4: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 2014.....	36
Figura 5. Fotografia da primeira Igreja de Alagoinha do Piauí, em homenagem ao padroeiro de Alagoinha São João Batista.....	41
Figura 6. Fachada de casa antiga, pertencente às primeiras quadras construídas pelos antigos moradores de Alagoinha do Piauí.....	48
Figura 7. Fachada de casa antiga, pertencente às primeiras quadras construídas pelos antigos moradores de Alagoinha do Piauí.....	48
Figura 8. Bandeira de Alagoinha do Piauí. Criada em 1987.....	49
Figura 9. Croqui do Município de Alagoinha do Piauí.....	59

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1.** Relação dos proprietários de terras e suas respectivas posses no século XIX na região que hoje compreende o município de Alagoinha do Piauí.....26
- TABELA 2:** Nomenclatura de algumas ruas de Alagoinha do Piauí, homenageando figuras ilustres deste município.....32
- TABELA 3:** Relação dos vereadores, filhos de Alagoinha que fizeram parte da Câmara Municipal de Pio IX (e Fronteiras) antes da emancipação política de Alagoinha do Piauí em 1986.....43
- Tabela 4:** Municípios piauienses emancipados entre a década de 1950 a 1960.....51
- Tabela 5:** População estimada e número de domicílios do povoado Alagoinha e das áreas a serem desmembradas para formarem o município.....60
- Tabela 6:** Resultado do Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985.....63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ALAGOINHA DO PIAUÍ: FORMAÇÃO HISTÓRICA.....	17
1. 1 Atração inicial dos colonos.....	17
1. 2 A ocupação inicial.....	20
1.3 Pio IX: o município sede.....	28
2. OS PRIMEIROS MORADORES E A FORMAÇÃO DA VILA ALAGOINHA.....	31
2.1 A formação do povoado Alagoinha.....	33
2.2 A construção da Igreja de São João Batista.....	38
2.3 O povoado Alagoinha começa a se desenvolver.....	41
3. O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: DE POVOADO À CIDADE DE ALAGOINHA DO PIAUÍ.....	45
3.1 Anos 1960: Início da mobilização alagoinhense para conseguir a autonomia administrativa.....	47
3.2 Anos 1980: nova mobilização e emancipação política.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	72

INTRODUÇÃO

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim. (CERTEAU. 2008, p. 175-176).

As cidades têm, ou tiveram diferentes concepções, formas, espaços, símbolos, sentidos e usos, que se foram modificando, evoluindo, desaparecendo ou permanecendo ao longo do tempo. No trabalho que ora propomos, trataremos especificamente da cidade de Alagoinha do Piauí, abordando a suas condições históricas de emergência no século XVIII, o seu povoamento, sua urbanização e seu processo de emancipação política, iniciado em 1960 e encerrado em 1986, com a obtenção de sua autonomia política e administrativa e seu desmembramento do até então município sede, Pio IX do Piauí.

O tema proposto para este trabalho aborda as questões acima colocadas, no entanto, foca no processo de emancipação política, do povoado à cidade de Alagoinha do Piauí, por entendermos, baseando-nos nas reflexões de Raquel Rolnik (2004) a respeito da concepção de cidade dos gregos, que este é um espaço que se configura não apenas enquanto um agrupamento de construções, edifícios, mas também como uma prática, um local onde se exercita a política e a cidadania. Sendo estas algumas das ideias que motivaram o desejo de emancipação da população alagoinhense. Esta, por sua vez, acreditava que estando a administração pública de seu território, mais próximo de suas realidades, pudessem assim exercer mais plenamente a sua cidadania.

Atualmente a cidade de Alagoinha do Piauí - sobre a qual buscaremos tecer algumas considerações, passeios, como já coloca o título deste trabalho, um olhar, dentre outros possíveis, sobre alguns momentos de sua história -, é um município autônomo, localizado no sudeste piauiense, microrregião de Pio IX, encontra-se situada a 385 Km da capital Teresina, limita-se ao Norte com Pio IX, ao Sul com Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí e São Julião, ao Leste com Vila Nova do

Piauí e Pio IX e ao Oeste com Monsenhor Hipólito. Possui uma área territorial de 448,101 Km² e uma população estimada de 7.467¹ habitantes, (IBGE, 2010). Tendo como principal atividade econômica a agricultura. Podemos visualizar a localização de Alagoinha no território piauiense no mapa abaixo:



Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.
Fonte: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

A temática deste trabalho surgiu das inquietações vivenciadas no contexto cotidiano da pesquisadora, uma vez que, conforme Maria Vieira do Pilar (1989), as temáticas de uma pesquisa podem surgir, dentre outras possibilidades, a partir de problemas e questões colocadas pelo cotidiano.

Estudar a formação, o povoamento, a urbanização e o processo de emancipação do povoado à cidade de Alagoinha do Piauí significa, para a pesquisadora, uma forma tanto de conhecer melhor a história do seu lugar de nascimento e, portanto, de sua própria história enquanto pessoa e cidadã alagoinhense, como também uma forma de contribuir aos alunos, pesquisadores e a população em geral da cidade, com um trabalho acadêmico que trate um pouco sobre a história do seu município, dado o atual contexto de pouquíssimos trabalhos

¹ Dados da população estimada, feita pelo IBGE no ano de 2013.

e pesquisas sobre o assunto. Ressalvando, porém, as limitações que tal trabalho possa apresentar.

As questões/problemática norteadoras deste trabalho foram as seguintes:

- Como se deu a formação do povoado Alagoinha?
- Quais os primeiros moradores e quais foram as suas contribuições para a emancipação do município?
- Como se deu o processo de emancipação do povoado à cidade de Alagoinha do Piauí?

A partir destes questionamentos, iniciou-se um trabalho de leitura da bibliografia existente, que pudesse promover suporte teórico para este trabalho, bem como a realização de pesquisa em documentos (oficiais ou não) do Arquivo Público do Piauí, arquivos particulares, arquivos da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, bem como Constituições do Brasil e do Estado do Piauí, Leis, Atas, ofícios, fotos, poesias, mapas e relatos baseados em depoimentos orais de antigos moradores da cidade.

Importa também ressaltar que as fontes, não obstante serem necessárias ao trabalho do pesquisador/historiador, são, em primeiro lugar, representações do real e não o real propriamente, como diria Vieira (1989). Portanto, é preciso ter bastante cuidado no manejo com as mesmas, problematizando e refletindo sempre o que está nelas representado e porquê e como está representado.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro deles: “Alagoinha do Piauí: formação histórica” analisamos o povoamento inicial do lugar Alagoinha, que teve início ainda no século XVIII, a partir da instalação de sítios de criação de gado e da agricultura familiar, em áreas próximas às aguadas, abundantes nas proximidades da hoje cidade Alagoinha do Piauí.

No segundo capítulo, “Os primeiros moradores e a formação da vila Alagoinha”, analisamos as contribuições que os primeiros moradores e seus descendentes deram para promover o desenvolvimento do povoado Alagoinha, a partir de momentos-chave, desde o final do século XIX até meados do século XX, construindo os elementos fundamentais para o início de uma posterior urbanização.

Estes momentos são elencados no decorrer do capítulo, são eles: a construção das primeiras ruas, formando pequenas quadras (1900), a construção do Mercado Público (1930) e a construção do templo religioso (1945).

No terceiro e último capítulo, “O processo de emancipação política: de povoado à cidade de Alagoinha do Piauí”, analisamos o processo de emancipação da cidade de Alagoinha do Piauí, começando desde o surgimento desse desejo, em 1960, até o início do arrolamento de documentos que comprovassem que a área em questão possuía as condições mínimas previstas por Lei, para se tornar cidade, em 1984/85 e sua culminância em 1986, depois de cumpridas todas as prerrogativas legais; bem como, analisamos a legislação em vigor que regulamentava a criação de novos municípios.

CAPÍTULO I

1. ALAGOINHA DO PIAUÍ: FORMAÇÃO HISTÓRICA

Mais de cem anos atrás
Aqui era uma floresta
Se seus colonizadores
Chegassem numa hora dessa
Pra ver seu povo vibrando
Dançando em clima de festa

Mas como não é possível
Aqui encerro o trabalho
Se não ajudei na festa
Mas também não atrapalho
Não é a história completa
É somente um quebra galho.
(BRITO, 2000).

O fragmento do poema acima colocado foi uma homenagem escrita por um antigo morador da cidade de Alagoinha do Piauí, o senhor Adão das Chagas Brito, por ocasião das festividades em comemoração aos 14 anos de emancipação política da cidade, no dia 09 de abril do ano de 2000. Como podemos ver através do poema, o autor alude ao início da colonização do que hoje é o município de Alagoinha, “Mais de cem anos atrás aqui era uma floresta”, bem como ressalta que não pretende tecer a “história completa”, mas “somente um quebra galho”.

A exemplo do poeta acima citado, também não pretendemos escrever a “história completa” de Alagoinha do Piauí, mas tecer algumas considerações a respeito da formação do lugar Alagoinha e da emancipação política e administrativa do município, ocorrida em 1986, com o seu desmembramento do município de origem Pio IX; uma leitura, dentre outras possíveis sobre um momento específico da História dessa cidade e de sua gente.

1.1 Atração dos colonos à Alagoinha

Ao tratarmos da temática de história das cidades, é quase inevitável que nos surja imediatamente ao sentido as ideias de Raquel Rolnik (2004), a autora do livro “O que é cidade”. Leitura obrigatória pra quem pretende estudar tal tema. Trabalha

com a ideia de atração, a cidade enquanto imã, atraindo pessoas para a formação de espaços coletivos na natureza. Para ela a cidade é “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, [...] é uma obra coletiva que desafia a natureza” (ROLNIK, 2004, p. 8). Sua discussão nos leva a entender o processo de desenvolvimento urbano de uma cidade, a partir do processo de sedentarização do homem. O que fica evidenciado na seguinte fala:

Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território. (ROLNIK, 2004, p. 8).

A partir das ideias acima colocadas fica mais fácil entender o processo de ocupação inicial do lugar que mais tarde viria a se tornar o município de Alagoinha do Piauí. Concordando com a ideia de sedentarização de grupos humanos em um local escolhido para então desenvolver uma atividade de subsistência. Para o professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007) um dos fatores que mais colaboraram para a ocupação do território brasileiro foi a criação de gado. Sobre isso, Alencar (2004) tem uma opinião parecida:

A ocupação colonial no Piauí teve início na década de 70 do século XVII com a instalação das primeiras fazendas de gado por Domingos Afonso Sertão. Colonos e religiosos percorreram o território em busca de índios, o que possibilitou a integração, o povoamento e a ocupação de uma área enorme do sertão. (ALENCAR, 2004, p. 12).

Seguindo esta linha de raciocínio, a partir da análise de algumas fontes, principalmente relatos narrados pela tradição oral, o início do povoamento da área que hoje corresponde ao município de Alagoinha (tema sobre o qual se encontrou uma ligeira divergência nos relatos, alguns o colocam datando do final do século XVIII, outros do início do século XIX), deu-se a partir da instalação de sítios (ou pequenas fazendas) de criatório de gado e também da agricultura familiar de subsistência, no que não se diferencia muito das demais localidades do Piauí.

Já que, conforme mencionado, algumas de nossas fontes se baseiam na tradição oral, se faz necessário pontuar algumas nuances a respeito deste tema, que é tratado por Sônia Maria de Freitas como uma metodologia histórica que privilegia a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens. (FREITAS, 2002). - Os relatos

nos quais nos baseamos são válidos, na medida em que, seguindo o pensamento de Sônia Freitas, “As análises históricas são construídas a partir de vestígios e/ou registros deixados pelas gerações anteriores.” (FREITAS, 2002, p. 49). - Ainda sobre a tradição oral, que neste caso, foi passando de geração em geração pela oralidade, a mesma autora coloca o seguinte:

Na reconstrução do passado, a linguagem auditiva, que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidos e utilizados socialmente. (FREITAS, 2002, p. 47).

Sendo assim, percebemos que se entende por tradição oral, todo o conhecimento que vai passando de geração em geração através da oralidade, através da memória, sobretudo a memória coletiva, que é um conceito discutido por Maurice Halbwachs (2006), assunto sobre o qual discutiremos mais adiante.

Voltando ao tema do povoamento inicial do Piauí, Alcebíades Costa Filho (2006) traz a luz informações de como se deu o povoamento de muitas localidades e municípios do Piauí, que estava atrelado à sua fonte de economia, onde o rural e o urbano coexistiram por muito tempo, bem como o latifúndio e as pequenas propriedades, o que parece ser o caso das propriedades que compunham e compõem a área que hoje é o município de Alagoinha do Piauí. Pequenas fazendas ou sítios, onde ocorre a criação de animais e a agricultura familiar de subsistência, viabilizada pela numerosa família, que como era de costume, se agrupava em uma família patriarcal onde os muitos filhos constituíam também a principal mão de obra no empreendimento familiar.

A atração de pessoas convergindo para as áreas hoje correspondentes ao município de Alagoinha do Piauí, se deu, em seu início, justamente através da procura por terras próximas às aguadas, visto que Alagoinha fica situada às margens do Rio Marçal, antigamente chamado de Rio Grande e posteriormente Riachão², onde a atividade de criatório de gado e a instalação de pequenos sítios se tornam mais propícia.

² Rio este, que mesmo não sendo perene, desempenha um papel muito importante para a população local, tanto na questão da agricultura às suas margens, quanto no próprio abastecimento de água para os ribeirinhos, nas labutas domésticas e na criação de animais. Importa ressaltar também que

Aliado a tal atividade, ocorreu também o desenvolvimento da agricultura, que ainda hoje representa a sua principal fonte econômica. As terras da região são compostas por baixios bastante apropriados para o cultivo de gêneros como o feijão, milho, mandioca e caju, sem falar na disponibilidade de água, que certamente foi um dos atrativos deflagradores do processo de povoamento da região que viria a se tornar a cidade Alagoinha do Piauí.

1.2 A ocupação inicial

De acordo com o que foi levantado em documentos à guisa de resumos históricos, encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Alagoinha e da Secretaria Municipal de Educação, todos eles resultados de registros de memórias de antigos moradores da cidade; dentre eles mereceu destaque o senhor Adão das Chagas Brito, que foi não apenas o guardião da memória da cidade, mas também poeta, cronista, comerciante e político (falecido em 2012). A chegada dos primeiros habitantes que dariam início à ocupação do lugar é motivo de algumas controvérsias.

Tais controvérsias, quando se trata de registros de memória e de história oral são de certa forma, comuns e até mesmo bem vistas, pois é preciso entender que todo documento, seja oral ou escrito, é questionável, sendo assim, ao falar da história oral e das possíveis contradições de seus discursos, Freitas (2002) faz a seguinte colocação:

[...] essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado [...], pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente. (FREITAS, 2002, p. 50).

Ao representar o indivíduo como sujeito no processo histórico, tendo como objeto as memórias á respeito de determinado acontecimento ou momento

específico da história, nesse caso da história da cidade de Alagoinha do Piauí, recorreremos a Maurice Halbwachs, que fez estudos sobre a memória. Os relatos nos quais nos baseamos correspondem especificamente àquilo que Halbwachs coloca como a junção da memória individual e coletiva, postulando que:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Ainda segundo o mesmo autor:

Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Ainda sobre o discurso de memória, vale lembrar que estes moradores antigos, especialmente o citado Senhor Adão das Chagas Brito, não obstante estarem inseridos em um processo de tradição oral, ouvindo as histórias contadas por seus pais, avós, pessoas mais velhas e as reproduzindo para seus filhos e netos, eles não vivenciaram o processo ou os fatos por eles narrados. Como explicar então as suas afirmações, o fato de precisarem datas, apontarem nomes de pessoas e de famílias e as localidades onde teriam se instalado os primeiros colonos? Michael Pollak explica isso através do que ele intitula de memória por tabela ou memória herdada.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam

dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p. 201).

Pela citação acima colocada, podemos fazer uma relação com o que ocorre nos relatos de memória/história sobre a formação e povoamento de Alagoinha do Piauí, nesse caso, houve uma projeção da memória, que conseguiu sobreviver através da oralidade, passando de geração em geração, até que foram organizados e compilados, chegando até a gente em forma de resumos escritos.

Os moradores mais antigos, nos relatos dos quais se baseiam os citados resumos, apontam alguns nomes e pontos específicos de chegada dos primeiros colonizadores. Assim, discutiremos algumas das versões que explicam o processo de povoamento de Alagoinha.

Como já foi mencionado e discutido, é sabido que o início da colonização do território piauiense se deu a partir da instalação de fazendas e sítios de criação de gado, desenvolvendo paralelamente a agricultura familiar. Como também já foi mencionado, foi este mesmo fator histórico regional que acabou viabilizando a ocupação e posterior povoamento do lugar Alagoinha.

Rezam as versões mais antigas da tradição oral, sendo estas as mais aceitas, que os primeiros povoadores da região teriam se instalado em áreas próximas à sede do atual município entre o final do século XVIII e início do século XIX, advindos das vizinhas províncias do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, em busca de terras para a criação de rebanhos e o plantio de gêneros alimentícios de subsistência.

Uma das versões aponta o final do século XVIII como momento da chegada dos primeiros desbravadores. O primeiro deles seria o português João Raimundo da Silva, que vinha da província da Bahia, instalando-se com sua família em uma

localidade por ele nomeada de Areia Branca³ (localidade que ainda hoje permanece com este mesmo nome), este local teria sido escolhido pelo colono pelo fato de estar situada em terras amenas, de baixios e tabuleiros de terras brancas, propícios para o plantio e a pastagem dos rebanhos, bem como por apresentar um elemento fundamental: água em abundância, pois é cortada por um pequeno riacho, que embora sendo temporário, resumindo-se apenas ao curto período do auge do inverno, torna propícia a escavação de cacimbas rasas no seu leito, que abastecem suficientemente a população.

O mesmo relato aponta que depois de João Raimundo, sucessivas famílias foram chegando, vindas do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, espalhando-se ao longo do curso dos riachos e do Rio grande. Estas famílias teriam sido os Brito, Fialho e Dias de Medeiros, apontadas neste relato como as primeiras famílias que formariam a população do posterior município.

No entanto, o fato desta localidade (Areia Branca) dispor de um grande potencial de água subterrânea, vindo à superfície somente a partir da intervenção humana, pode funcionar como indício de que talvez esta não seja a versão mais acertada, uma vez que o mencionado fato não impossibilita a instalação de pessoas na região, pelo contrário, em circunstâncias normais funciona como um ímã, seguindo o pensamento de Raquel Rolnik (2004). Mas, talvez na circunstância de primeiros desbravadores, dispondo de grandes áreas de terras disponíveis, a opção mais lógica seria procurar locais onde as aguadas ou olhos d'água aflorassem mais facilmente. A margem do rio (que passa a poucos quilômetros do lugar) seria o local mais lógico.

Assim sendo, trago aqui uma segunda versão a respeito do povoamento da região: esta segunda versão coloca a chegada dos primeiros colonizadores às terras que hoje compõem o município de Alagoinha do Piauí datando do último quartel do século XVIII, não se sabe precisar o ano.

Segundo esta versão, os primeiros colonos a chegar nestas terras foram Antônio Gomes de Lima e sua família⁴. Segundo os relatos, eles vinham do Icó, na

³ ALAGOINHA DO PIAUÍ: Perfil do Município. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

⁴ Esta versão é a mais usada, estando presente nos seguintes resumos:

província do Ceará, fixando-se na localidade hoje denominada Piranhas, que fica às margens do Rio Grande (que mais tarde se chamaria Riachão e hoje em dia tem por nome Marçal, fica bem próximo ao lugar onde está situada a atual sede do município, a cidade de Alagoinha do Piauí).

Talvez pelo fato de se localizar próximo ao rio, que embora não sendo perene, apresenta maior potencial para dar vasão à demanda dos rebanhos bovinos, pois mesmo após passar o período de inverno, a água escoava lentamente ao longo dos meses, dando lugar a várias lagoas ao longo do curso do rio, sendo que uma delas veio a dar origem ao nome do povoado e nomeia até hoje a cidade de Alagoinha do Piauí. Esta constitui a versão mais usada nos manuscritos e textos de memória, bem como nos resumos históricos do município.

Ainda de acordo com esta mesma versão, logo após a chegada de Antônio Gomes de Lima e família na localidade de Piranhas, teria chegado à região outro colono, o português João Raimundo da Silva, com a esposa, dois filhos e alguns escravos (fato pelo qual se deduz que possuía boas condições financeiras) que vindo da Bahia se instalou na localidade Areia Branca, conforme menciona também a primeira versão citada. Isto teria ocorrido na última década do século XVIII, chegando os antigos moradores a datar o ano de 1792.

A título de curiosidade sobre este antigo colono, reza a lenda que um dos seus escravos teria fugido da fazenda, em direção às furnas (pequenas cavernas) de um morro próximo e lá teria falecido em razão dos maus tratos a que era submetido. O fato é que ainda hoje, a população de Alagoinha e principalmente os moradores da localidade Areia Branca fazem peregrinações para rezar no local, que ficou conhecido como “a cruz do negro”, sempre no dia 01 de novembro, sendo este escravo considerado como um mártir da escravidão pela população local.

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

Sobre isso, ver também:

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

JESUS, Ana Antonia de. **Alagoinha do Piauí e sua história**. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

Estes mesmos relatos apontam a chegada de outra família à região de Areia Branca, ainda no final do século XVIII. Em 1794 teria chegado o camponês José de Brito, acompanhado da esposa e dois filhos, a procura de terras para trabalhar na agricultura. Este colono seria procedente do Crato, Ceará, instalando-se no local com a permissão de João Raimundo da Silva, que lá já se encontrava havia dois anos. As duas famílias trabalharam juntas, segundo os relatos constituíram laços familiares ao casarem seus filhos Pedro José de Brito e Margarida Silva, dando origem à grande família Brito, ainda hoje a mais numerosa daquela localidade.

Na virada do século XVIII para o século XIX, teria chegado outro colono à região, seu nome era Francisco de Sá Camarço, mais conhecido como capitão Chiquinho, ele se instala na região que hoje corresponde às localidades de Baixa, São João e Canindé, alargando suas posses até a Salamanca⁵. Procedente da vizinha província baiana, este migrante teria se instalado nas citadas localidades para se dedicar a criação de gado, seus descendentes deram origem à família Sá, uma das mais numerosas da região.

Ainda de acordo com estes mesmos relatos, na segunda dezena do século XIX, precisando o ano de 1813, teriam chegado à região o senhor José Dias de Medeiros e sua família, vindos de Apodí, Rio Grande do Norte. Fixaram-se à margem esquerda do rio Riachão, na localidade Pedras, região circunvizinha a sede municipal de Alagoinha.

A tradição oral relata que estas famílias (Lima, Silva, Brito, Sá e Dias de Medeiros), juntamente com outras que foram chegando ao longo do século XIX e fincando moradia no local (Sobreira, Fialho, Rocha, Policarpo), constituíram os primeiros moradores e povoadores da região e seus descendentes foram os responsáveis pelo posterior erguimento do núcleo urbano do povoado Alagoinha, bem como sua posterior emancipação política, tendo em vista a enorme distância entre o antigo povoado e a sede do município Pio IX, que se localiza a uma distância aproximada de 80 quilômetros (percorridos por desvios, não por estradas). O contato à época das primeiras povoações era feito via veredas, percorridas no lombo de

⁵ Sobre a localização destes lugares ver o croqui de localização do município de Alagoinha do Piauí. Ver também o mapeamento feito pela delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Piauí, no qual está delimitada a área territorial que compõe o hoje município de Alagoinha do Piauí, sendo tal território composto pelas Datas: Canindé, Pedras e Salamanca.

animais. Hoje, via estradas asfaltadas a distância chega a aproximadamente 120 quilômetros⁶.

No entanto, mesmo a tradição oral colocando o início do povoamento da região como datando do final do século XVIII, o registro escrito mais antigo encontrado sobre o local foi o Livro de Registro de Terras de Pio IX, datado de 1898. Neste livro foi possível encontrar a relação dos proprietários de terras encravadas nas Datas de Sesmarias que compõem o atual município de Alagoinha do Piauí, conforme podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 1. Relação dos proprietários de terras e suas respectivas posses no século XIX na região que hoje compreende o município de Alagoinha do Piauí.

PROPRIETÁRIO	DATA DA SESMARIA EM QUE A POSSE ESTÁ ENCRAVADA	NOME DA POSSE	BENFEITORIAS	ANO DA AQUISIÇÃO
Francisco da Cunha Sobreira	Pedras	Pedras	-	1859
	São João	São João	-	1861
	Canindé	Canindé	-	1861
José da Cunha Sobreira	Pedras	Pedras	-	1860
	Pedras	Pedras	1 casa, 2 currais, 2 roças e 1 cercado	1870
	Canindé	São João	-	1863
	Salamanca	Salamanca	1 casa, 1 curral e 3 roças	1887
Francisco de Sá Camarço	Canindé	São João	1 roça	1864

⁶ Convém explicar, no entanto, que esta distância aumentou devido a abertura de estradas estaduais e municipais que ligam uma cidade à outra aproveitando trechos da BR 316, que passa a aproximadamente 19 quilômetros da Cidade de Alagoinha, por isso a distância aumentou, pois à época dos primeiros moradores, o caminho usado para chegar a Pio IX era feito por desvios, por veredas, não eram estradas que permitissem a passagem de automóveis, apenas de pessoas e animais.

Pedro Francisco de Brito	Pedras	Areia Branca	1 casa, 1 curral 1 cacimba e 3 roças	1873
Nicolau Ricardino da Rocha	Pedras	Caiçarinha	1 casa, 1 curral, 3 roças , 1 outra roça á margem do rio	1898
	Canindé	Caiçarinha	2 roças	1875
Leopoldino da Rocha Soares	Pedras	Piranhas	3 casas, 1 curral, toda cercada e 1 roça.	1898
Joaquim da Rocha Soares	Pedras	Piranhas	-	1895
Manoel Gomes de Lima	Pedras	Alagoinha	2 casas, 3 roças	1899
Laurinda Maria de Jesus	Pedras	Alagoinha	-	1877
Hermenigildo Francisco de Carvalho	Pedras	Alagoinha	1 casa, 1 cercado, roças	1899

FONTE: Livro de Registro de Terras – Pio IX 1898. Arquivo Público do Piauí.

Nota: A relação de proprietários está incompleta.

Devido a sua localização à uma grande distância do município sede, as localidades que hoje compõem o município de Alagoinha do Piauí viveram isoladas por muito tempo, desassistidas dos serviços básicos de assistência à população. Sobre isso, Alencar (2004), explica o seguinte:

A falta de comunicação foi, por muito tempo, um empecilho ao desenvolvimento do Piauí, [...] as vilas e cidades viviam isoladas, impedindo que houvesse uma integração maior entre estas e também com o restante do Brasil. (ALENCAR, 2004, p. 30).

Fator que se pode deduzir ocorria também na região que depois se torna o município de Alagoinha, e que, com certeza foi um dos principais fatores que

impulsionaram a luta pela sua emancipação política, assunto sobre o qual se tratará mais adiante.

1.3 Pio IX: o município sede

As áreas que hoje compõem o território do município de Alagoinha do Piauí, que compreende as Datas: Canindé, Pedras e Salamanca, faziam parte do município de Pio IX, permanecendo como povoado pertencente a tal comarca até o ano de 1986.

Como já foi mencionado, a distância entre o município sede e o antigo distrito, que dele acabou se desmembrando, talvez tenha funcionado como um dos principais fatores que justificaram o desejo de alcançar a autonomia administrativa.

Assim sendo, faremos agora um rápido passeio sobre a cidade de Pio IX, município que sedia uma grande área territorial no sudeste piauiense, e no qual estavam encravadas as três Datas de sesmaria (Pedras, Canindé e Salamanca) que compreendem o território alagoinhense.

Segundo dados da Enciclopédia dos Municípios do Brasil, que trata dos municípios do Piauí e Maranhão (1959), as primeiras incursões no seu território datam do final do século XVII, tendo a participação de famílias cearenses e piauienses. Com a chegada de várias famílias a localidade chamada Umbuzeiro e adjacências. Sendo o lugar Umbuzeiro localizado às margens do rio Condado, naturalmente, este foi o local que mais recebeu contingente populacional. Em 1871 o Padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina, conhecido como o apóstolo do Nordeste, constrói a primeira capela do local, sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio. Este fato acabou contribuindo para o aceleração do desenvolvimento local, e, mais tarde o distrito seria homenageado com o nome de sua padroeira: Patrocínio.



Capela de São Miguel, construída em 1873 pelo Padre Ibiapino

Figura 2. Segunda capela de Pio IX. Construída em 1783.

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL (IBGE). **Maranhão e Piauí**. V. 15. Obra conjunta do Conselho nacional de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1959, p 577-580.

O lugarejo foi elevado à categoria de Freguesia, recebendo o nome de Pio IX (em uma homenagem ao Papa Pio IX), por Resolução Provincial de número 1078, de 13 de julho de 1883.

Ainda durante esta mesma década, no ano de 1888 em virtude da Resolução Provincial 1193, de 09 de outubro, o então povoado Pio IX é elevado á categoria de vila e município, desmembrando-o de seu município de origem Jaicós, agora com o nome de Patrocínio, em homenagem a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Patrocínio.

No entanto, o curso da história nem sempre fala só de progressos, e, o município de Patrocínio do Piauí, passou ao longo de sua existência, por momentos de adversidades. Um destes momentos ocorreu em 1931, onde: “condições adversas ao progresso do município contribuíram para a sua decadência, em razão da qual perdeu sua autonomia administrativa” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL – IBGE, 1959, p. 577). Após isso, o município de Patrocínio foi anexado ao território de Picos, pelo Decreto Estadual de número 1279, de 26 de junho de 1931.

Após passar por momentos em que readquire e novamente perde a sua autonomia administrativa (1934, 1935, 1937, 1940), em 1943 o município de Pio IX e o de Fronteiras, município desmembrado do seu território em 1935, passaram a ter seus territórios integrados pelo Decreto de Número 765. Adversidades à parte, finalmente, em 1948, pelo menos, a partir deste ano, não se encontram mais registros que figurem os dois municípios integrados.

A Enciclopédia dos Municípios do Brasil, de 1959, coloca a área territorial de Pio IX como correspondente a 2692 Km², sendo que a sua área atual é de 1949 Km² segundo dados do IBGE (2010). Outro dado colocado pela Enciclopédia alude aos rios, citando o Marçal, que perpassa o hoje município de Alagoinha do Piauí, no entanto, considera-o de pouca importância para a economia e a vida do município de Pio IX, o que, no entanto, se revela justamente o contrário para a população da área que hoje integra o município Alagoinha, dependendo muito de sua ocorrência. Tal fato talvez demonstre a falta de afinidade entre a sede e suas localidades mais longínquas.

CAPÍTULO II

2. OS PRIMEIROS MORADORES E A FORMAÇÃO DA VILA ALAGOINHA

Alagoinha é o nome
 Uma origem do passado
 Uma lagoa que tinha
 Bem próximo onde foi criado
 As casas e o mercado público
 Em forma de povoado.

Setenta anos atrás
 Armínio e João Gabriel,
 Sérgio Fialho e Florêncio,
 Dedé por nome Manoel,
 Dário e Antônio Cipriano,
 Zuza, Melado e Miguel.

Os primeiros fundadores
 Muito se preocuparam
 A morte veio, Deus levou
 Foram e nunca mais voltaram
 Sem conhecer o progresso
 Do lugar que eles fundaram.
 (BRITO, 2000).

Ao analisarmos o fragmento do poema acima colocado, que como já foi explicado no capítulo anterior, faz parte da poesia “Homenagem à Alagoinha do Piauí”, do senhor Adão das Chagas Brito, percebemos que na primeira estrofe o poeta explica a origem do nome Alagoinha, em virtude da lagoa existente ainda hoje, a qual, na época dos primeiros povoadores ficava próximo ao povoado, hoje já fica dentro dos limites urbanos da cidade.

Pelo poema pode-se perceber que existem permanências, tanto na questão do próprio nome “uma origem do passado”, bem como nos antigos moradores que começaram o processo de urbanização, construindo as casas em forma de povoado, alinhadas em pequenas ruas (1900), o mercado público (1930) e a igreja (1945), que depois dariam origem a cidade Alagoinha. Estes citados moradores ainda hoje permanecem nomeando as principais ruas da cidade.

Alguns destes são citados tanto pela tradição oral, bem como por algumas fontes bibliográficas. Muitos destes que são colocados como primeiros moradores, deram origem às famílias mais antigas da região e, conseqüentemente, foram

inseridas na política local, vários deles nomearam e ainda nomeia ruas e avenidas da cidade.

Podemos citar algumas destas famílias como: os Brito, Silva, Dias, Medeiros, Lima, Policarpo, Sá, Sobreira, Fialho, Rocha e os Carvalho (discutimos sobre as primeiras famílias no primeiro capítulo, trataremos agora de seus descendentes), pode-se encontrar menção aos seus nomes nos resumos históricos analisados no capítulo anterior (ver nota de rodapé 4, capítulo 1), como também na tabela 1, disposta também no capítulo anterior, onde vemos a relação dos proprietários das terras que hoje compõem o município de Alagoinha, no século XIX. Na tabela 2, abaixo podemos ver os nomes de algumas ruas nomeadas por antigos moradores do povoado Alagoinha:

TABELA 2: Nomenclatura de algumas ruas de Alagoinha do Piauí, homenageando figuras ilustres deste município.

NÚMERO DA RUA	NOME DA RUA
001 – Avenida	João Gabriel de Brito
009 – Rua	Armínio Fialho
016 – Rua	Honorato Vicente de Lima
021 – Rua	José Clementino
022 – Rua	José Crisóstomo Neto
023 – Rua	José Lima
024 – Rua	Josino Nicolau da Rocha
028 – Rua	Marcos João de Carvalho
029 – Rua	Manoel Policarpo
037 – Rua	João Teodoro de Brito
038 – Rua	Sérgio Fialho

Tabela 2. Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí, Cadastro Imobiliário Municipal. 2005.

Os logradouros públicos, dispostos na tabela acima, são, no contexto da história das cidades, elementos que comportam uma carga de significados para seus moradores, neste caso, ajudam a guardar na memória dos cidadãos um pouco de sua história. Michel de Certeau (2008), no texto *Caminhadas pela cidade*, dentro da coletânea “A invenção do cotidiano”, explica como os “relatos de passos” e

caminhadas dos transeuntes pela cidade, pelos bairros ou pelas ruas, desenham, reconfiguram e ressignificam os espaços urbanos. Tal qual uma dança aleatória dos “passos perdidos”, onde, sem querer, os cidadãos visitam e ressignificam bairros e ruas, consumindo desta ou daquela forma os espaços públicos, se apropriando deles para fins diversos, ressignificando inclusive os nomes próprios, os nomes das ruas que ali foram dispostos por trazer uma carga de significados, muitas vezes ignorados pelos transeuntes, e outras tantas, reinventados com significados diferentes.

Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. (CERTEAU, 2008, p. 161).

Roberto Lobato Corrêa (2000, p. 8) aborda o espaço urbano como sendo “um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Este tema também é discutido por Michel de Certeau (2008) no texto: “Os fantasmas da cidade”, ao evocar a memória contida nos lugares da cidade, lugares que sensibilizaram ou ainda sensibilizam os moradores, transeuntes. Espaços que sobreviveram ao longo do tempo, marcas que sobreviveram às modificações, tal qual um palimpsesto, no qual sobrevivem resquícios de uma escrita que se foi.

Talvez as marcas deixadas pelos primeiros povoadores do lugar Alagoinha ainda sejam visíveis tanto no espaço urbano, quanto no *modus vivendi* que ainda mesclam elementos do passado e do presente, resguardando certas permanências, conforme atesta poema acima transcrito.

2.1 A formação do povoado Alagoinha

Como já discutimos no capítulo anterior, os primeiros colonos a desbravarem o território que mais tarde seria o município de Alagoinha do Piauí começaram a chegar ainda no final do século XVIII e intensificaram seu fluxo principalmente no decorrer do século XIX. É provável que outras famílias tenham chegado; devido a

isso, e também aos casamentos entre os filhos dos primeiros colonos, formando combinações familiares. A população da região foi aumentando, conforme podemos observar no texto de Alencar (2004):

Muitas outras famílias chegaram no decorrer dos anos e se estabeleceram na região que posteriormente se tornaria o município de Alagoinha do Piauí. [...] Entretanto, estas pessoas viviam isoladas, pois moravam em locais afastados onde a comunicação era difícil, praticamente inexistente. As famílias, muitas vezes, não sabiam da existência de outras pessoas na região. (ALENCAR, 2004, p. 29).

De fato, é fácil supor que as condições de integração dos primeiros povoadores do lugar Alagoinha foram precárias nos primeiros anos do século XIX, provavelmente, havia pouca ou nenhuma comunicação entre os moradores e também destes com a sede Pio IX, a falta de estradas, a falta de meios de comunicação e até mesmo a falta de meios de transporte que não fosse o lombo de animais funcionaram, sem dúvida, como fatores de distanciamento e falta de integração destes primeiros colonos.

Não obstante todas as presumíveis dificuldades, é fato que a população aumentou. As primeiras famílias se misturaram por meio de casamentos endógenos e exógenos à comunidade local. Famílias foram se agrupando, construindo moradias mais próximas umas das outras, principalmente no local onde hoje é a sede municipal. Foi nesse local⁷ que muitos colonos fixaram moradia e viveram em comunidade, ou seja, formaram um pequeno povoado, que muitos anos depois viria a se tornar uma cidade.

Conforme os relatos presentes nos resumos históricos analisados mais à fundo no capítulo anterior, no final do século XIX (os relatos apontam inclusive o ano de 1900), os habitantes da localidade Alagoinha começam a se articular no sentido de reivindicar melhoramentos urbanísticos para a região, alterando assim a sua face rural.

⁷ O território da atual zona urbana da cidade de Alagoinha do Piauí era um local ameno, com água em abundância, pois além de ficar à margem do Rio Grande, hoje Marçal, ainda tinha a lagoa, ou Lagoinha de João Gabriel, como era chamada a lagoa que nomeou a localidade e hoje nomeia a cidade Alagoinha do Piauí, pois esta ficava dentro das terras do Senhor João Gabriel de Brito, - conforme afirma o jornalista Marcos Carvalho (2006) em sua obra "Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)", resultado de suas pesquisas e entrevistas com muitos moradores antigos de Alagoinha do Piauí, muitos deles já falecidos.

Sendo assim, os primeiros moradores destacados na poesia (epígrafe deste capítulo), de Adão das Chagas Brito, bem como outros apontados por Alencar (2004) e Carvalho (2006) – sendo eles: José de Lima, Teodoro Brito, Joaquim Clementino –, e outros moradores anônimos do local começam a construir as primeiras quadras organizadas em pequenas ruas. Algumas informações sobre esse povoamento foram encontradas em um resumo histórico produzido pela Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí em 1998:

Em 1900, os colonos [...] iniciaram os primeiros trabalhos de erguimento da vila Alagoinha, cujo nome foi dado ao lugar pelo fato de existir bem próximo dali uma lagoa. Em 1930, a partir de um plano formado pelos senhores Sérgio Fialho, Armínio Fialho, Manoel Policarpo, Mariano Policarpo, João Gabriel de Brito e Antônio Cipriano de Brito, depois de edificadas as primeiras casas, inicia-se a construção do mercado público. (RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ.1998, p. 4).

Como podemos ler na citação acima e também no poema do começo deste capítulo, os trabalhos de erguimento do mercado público começam já nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado o ano de 1930. No entanto, não significa que naquele povoado já não se realizasse o comércio ou mesmo a simples “troca” de itens produzidos entre as famílias, que trabalhavam quase todos na produção agrícola e na criação de animais, principalmente o gado vacum, vindo certos dias da semana ao povoado para comprar os produtos de que necessitavam e os quais não produziam.

Relatos da tradição oral, descritos por Carvalho (2006) apontam que já existia uma feira pública no povoado Alagoinha em 1928, nas segundas-feiras, ocasião em que se reuniam a população do povoado Alagoinha e também das demais localidades vizinhas, tanto para comprar e vender, como para se comunicarem, ou seja, funcionava como um momento de socialização, naquelas paragens onde poucas novidades aconteciam.

A análise da feira/comércio enquanto elemento importante no curso de formação das cidades também é empreendida pela jovem historiadora Eliane Rodrigues Morais (2008, p. 70), ao estudar o processo de formação da cidade de Francinópolis – PI. A autora defende que: “[...] a feira surge, à primeira vista, com características fundamentais e importantes para o desenvolvimento do espaço

urbano atual da cidade [...], onde até então seus moradores encontravam-se dispersos”.

Abaixo, podemos ver duas fotografias do Mercado Público de Alagoinha, construído em 1930, a primeira foi tirada no ano de 1985 e a segunda em 2014.

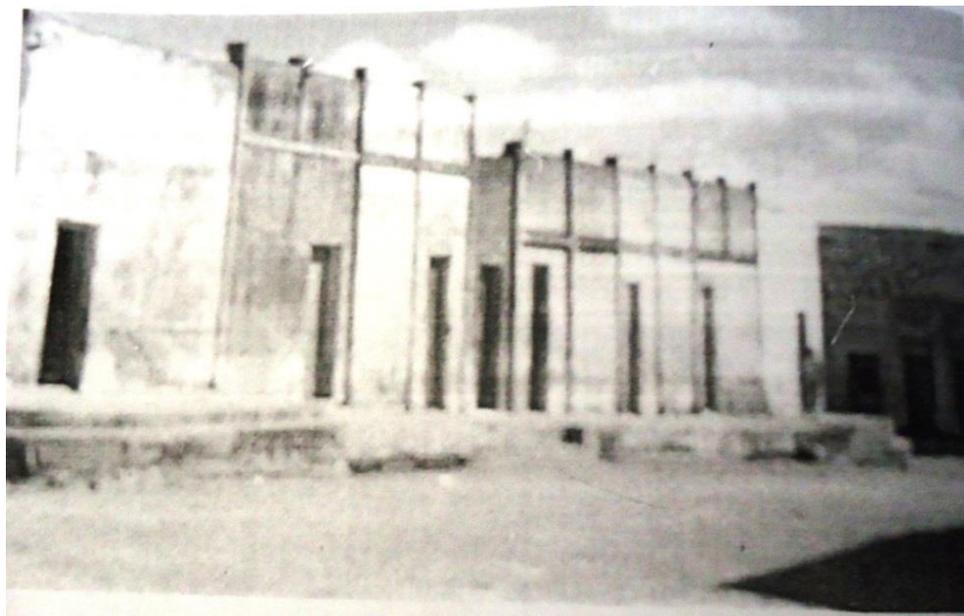


Figura 3: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 1985.

Fonte: CARVALHO, Marcos. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental** (1792-2006). Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006, p. 64.



Figura 4: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 2014.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha.

Ao que parece, sua estrutura, bem como seu estilo arquitetônico se mantem inalterados desde a sua construção, vindo a ser modificados, circunstancialmente, apenas os pontos de comércio, por dentro, com eventuais reformas e reparos quando necessário.

A análise da inserção do mercado/feira/comércio como parte integrante e inseparável da caracterização das cidades é observada na obra de Raquel Rolnik (2004). Ao explicar que as cidades, por possuírem o poder de atrair pessoas e assim dá lugar às aglomerações, potencializam o surgimento e a intensificação do comércio e da capacidade produtiva. Sobre o surgimento do mercado dentro do espaço da cidade a autora afirma o seguinte:

Tudo isto se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar as pessoas, intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva. Isto ocorre através da divisão do trabalho. Isolado, cada indivíduo deve produzir tudo aquilo que necessita para sobreviver; quando há possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado. (ROLNIK, 2004, p. 25-26).

Ainda sobre o processo de povoamento e posterior emancipação política, vemos que a construção do mercado público foi um fator importante, semelhante ao que defende Moraes (2008) ao estudar a emancipação de Francinópolis-PI. A historiadora afirma que:

[...] a feira tem uma dinâmica no curso da cidade [...] que desperta curiosidade. Essa dinâmica diz respeito ao fato de propiciar condições naturais favoráveis de estabelecimento como local de troca, paragens e, principalmente, atração e concentração de pessoas. (MORAIS, 2008, p. 70).

A feira, o templo, os locais públicos, enfim, todos os locais e momentos que rememorem, funcionem como momentos/espacos de memória de uma cidade, são importantes para os consumidores dos espaços urbanos, conforme podemos observar através da leitura de Santos (2007, p. 52), “o que chama a atenção são os rituais de fundação das cidades [...]. A construção de uma praça central, a qual conduziam todas as ruas, a comemoração sobre a data de fundação da cidade”.

Podemos perceber que tanto o momento de erguimento da vila, bem como a construção do mercado público para normatizar e melhor organizar a feira, assim

como a construção da Igreja de São João Batista em 1945 foram momentos importantes, verdadeiros marcos de fundação do que mais tarde seus conterrâneos lutariam para ver se tornar cidade.

2.2 A construção da Igreja de São João Batista

A construção de um templo religioso constitui um momento significativo na fundação de quase todas as cidades brasileiras. As cidades piauienses também acompanharam esta tendência; - uma vez que “desde o início da ocupação colonial do Piauí, a igreja desempenhou papel fundamental na formação dos núcleos urbanos, pois a capela era pré-requisito para a formação das freguesias, vilas e cidades.”- (ALENCAR, 2004, p.16). Segundo Raquel Rolnik (2004):

O templo era o imã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização. (ROLNIK, 2004, p. 14).

O professor Raimundo Nonato Lima dos Santos também reflete a respeito do tema da religiosidade enquanto fator de convergência de pessoas para o núcleo urbano:

Essa atração do imã religioso propiciou o desenvolvimento da vida coletiva, que paulatinamente foi tornando-se mais complexa. Surgiu então a necessidade de organização da vida pública a partir de uma autoridade político-administrativa. (SANTOS, 2007, p. 52).

Podemos perceber que os autores acima citados apontam o momento de fundação dos templos religiosos como elementos deflagradores do processo de atração de povoadores, bem como um passo importante para a sedentarização em torno do templo, e, por fim, concordam que a fundação do templo religioso, via de regra, precede a fundação das cidades, possibilitando a sua sagração a um padroeiro que já está estabelecido no local no momento de seu surgimento enquanto cidade.

A construção da Igreja de São João Batista, em Alagoinha também foi um momento marcante para a consolidação do povoado, antes disso, casamentos,

batizados, crisma, comunhão, enfim, os sacramentos eram realizados nas cidades mais próximas ou esporadicamente, quando aparecia algum padre na região, que celebrava a missa na casa de alguém da localidade. Sobre este momento a historiadora Ana Antônia de Jesus (2006), explica que:

Antes da construção da Igreja em Alagoinha as missas eram realizadas uma vez por ano, em uma casa do povoado, quando vinha um padre de outro lugar, enquanto que os sacramentos de batismo e casamento eram recebidos nos municípios de Monsenhor Hipólito e São Julião, que já possuíam igrejas. (JESUS, 2006, p. 13).

Em Alagoinha do Piauí, o templo não chegou a ser, exatamente, o imã inicial do povoamento, este fator de atração inicial já foi discutido no capítulo anterior, e, colocado como sendo a disponibilidade de terras próximas a aguadas, para o criatório de gado e a agricultura. No entanto, não significa que a religiosidade não estivesse presente desde os primeiros colonos que adentraram as terras do hoje município de Alagoinha do Piauí, sendo por esta tradição legado o padroeiro da cidade, São João Batista.

A tradição oral apresenta a versão histórica de que o início da celebração das novenas de São João Batista teria começado a acontecer no ano de 1915, não no povoado Alagoinha, mas na localidade Areia Branca, na casa do casal Antônio Pedro Pereira e Izabel Pereira, sendo um momento de grande festividade, onde se reunia não só a comunidade local, mas também das localidades vizinhas. Nestas ocasiões, festejava-se não apenas o santo padroeiro, como também era uma oportunidade para socializar, reencontrar os amigos e conhecidos, conhecer novas pessoas, iniciar namoros, comprar e vender comes e bebes. Enfim, era um momento, dentre poucos, de distração/socialização.

A Igreja de Alagoinha só começa a ser construída em 1945, depois de o pequeno povoado já se encontrar mais organizado. Para tal empreendimento, foi necessária a participação dos moradores, articulados em forma de mutirão, todos empenhados na construção de tão simbólica obra, conforme podemos ver no poema abaixo:

Para guardar a memória
Desta nossa caminhada
Tentarei narrar a história
Como pra mim foi contada.

A missa era celebrada
Daquele lado do sul
Onde hoje está montada
A farmácia de Zé Artur.

E veio a necessidade
De uma casa de oração,
Pro povo da localidade
Fazer sua devoção.

Pois era o maior festejo
Visto aqui na região,
De todo o canto o cortejo
Vinha pra esta função.

Mil novecentos e quarenta e cinco
Iniciaram a peleja,
Nosso povo fez afinco
Pra construir essa Igreja.

Por várias causas enfim,
O festejo foi parado,
Por Alagoinha assim,
Foi depois continuado.

Sob a nobre direção
De Marcos João de Carvalho
Que enfrentava o mutirão
Conduzindo o trabalho.

A imagem de São João
Que era antes festejada
Vai ficar, por tradição,
Com a família herdada.

E o povo com alegria,
Dava a cooperação
Para ver feita um dia
A Igreja de São João.

A imagem está guardada
Na Igreja de São Miguel
Em Serra de Dentro velada
Por descendentes de Abel.

Areia Branca, nosso berço
Já tinha uma tradição
Festejar, rezar o terço
Em louvor de São João.

ROCHA BRITO, Maria Fidélia. Alagoinha do Piauí-PI, 2006. Poema composto em homenagem às bodas de diamante (60 anos)⁸ dos festejos de São João na Igreja de São João Batista, em 2006.

O poema acima transcrito nos permite entrever muitos pormenores narrados pela poetisa: o primeiro é que antes da construção do templo já existiam momentos e locais específicos onde a população se reunia para expressar sua religiosidade; o poema também coloca a data de 1945 para o início da construção. Porém, esta só foi concluída em 1949. Outros pormenores que podemos observar ainda no poema é a forma como o momento da construção do templo foi encarada, como um momento solene em que os moradores deixam de lado suas labutas e se unem em prol de um objetivo maior, a construção da igreja.

Por fim, a autora alude à localidade Areia Branca, apresentando-a como berço desta tradição religiosa. Alude ainda à primeira imagem de São João Batista, quando os festejos ainda eram celebrados pela família de Antônio Pedro e Izabel Pereira. Um fato curioso é que esta imagem não acompanhou a celebração, que de 1949 por diante passou a ser realizada na igreja do povoado Alagoinha. A imagem

⁸ A primeira missa em homenagem a São João Batista teria acontecido em Alagoinha no ano de 1946, com a igreja ainda em construção, portanto, em 2006 os festejos em Alagoinha completaram 60 anos de existência.

ficou, como tradição, com a família Pereira em Areia Branca, depois da morte dos anfitriões, esta passou a ser guardada por seu filho Abel Pereira (também já falecido). Hoje seus filhos e netos não moram mais em Areia Branca, mas em uma localidade próxima chamada Serra de Dentro, onde a primeira imagem de São João Batista, do Município de Alagoinha do Piauí, se encontra sob seus cuidados.



Figura 5. Fotografia da primeira Igreja de Alagoinha do Piauí, em homenagem ao padroeiro de Alagoinha São João Batista.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha, 2014.

Sendo assim, podemos perceber a importância e a carga de significados que carrega o momento da construção do templo religioso, no contexto da História das Cidades. Momento este, em que, de fato, como explica Rolnik (2004), o sagrado precede o profano, o templo em Alagoinha, como em muitas cidades do Piauí, precedeu a consolidação do povoado e a autonomia administrativa.

2.3 O povoado Alagoinha começa a se desenvolver

Depois de possuir os elementos essenciais para o início do seu desenvolvimento enquanto povoado, a saber: organização urbanística (agrupamento organizado de casas), templo religioso, mercado público para o desenvolvimento do comércio, Alagoinha começa a crescer, ganhar importância frente às localidades vizinhas (que hoje compõem as zonas rurais do seu município). Os moradores do seu entorno começam a afluir para Alagoinha por ocasião das feiras – agora

realizadas já no mercado público, aos domingos –, e também por ocasião das celebrações religiosas, principalmente no mês de junho, quando era (e ainda é) celebrado os festejos do Padroeiro São João Batista.

Quanto à organização urbana, dentro do povoado em si, esta foi encabeçada por seus próprios moradores ainda no ano de 1900, daí em diante, o povoado, bem como as localidades em seu entorno ficaram muitas vezes à mercê da própria sorte, pois o seu município sede, Pio IX era muito distante. Além disso, como já foi relatado no capítulo anterior, passou, ao longo das primeiras décadas do século XX, por momentos onde perdeu e readquiriu sua autonomia política; primeiro no ano de 1931, ficando na condição de Distrito do Município de Picos, depois de readquirir sua autonomia em 1934, novamente a perde para Fronteiras em 1937, segundo a Enciclopédia dos Municípios do Brasil (1959), só volta a ter sua autonomia definitiva em 1948⁹. Nestes momentos, como se pode supor, os povoados e localidades que compunham então o enorme território de Pio IX passaram por momentos em que ficaram desassistidos pelo poder público, devido a estas contendas de ordem política.

Durante todo esse tempo, de 1900 a 1986, quando Alagoinha consegue a sua autonomia administrativa, a população se mobilizou como pôde. Um dos resumos históricos nos quais pesquisamos, traz a seguinte afirmação a respeito do desenvolvimento do povoado Alagoinha:

A partir da formação de Alagoinha do Piauí, a iluminação era feita por lamparina, a gás. Nos anos 60 a luz era a motor, o usuários tendo direito a iluminação até às 22:00 horas. Já no ano de 1978, em 25 de julho, a população foi agraciada com energia elétrica. (ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI, 2001, p. 12).

A população do povoado e arredores começa a se multiplicar, a vila Alagoinha cresce e atrai moradores. Dentre estes moradores, começam a sobressair-se algumas figuras que teriam destaque na política local, tendo assento na Câmara Municipal de Pio IX e de Fronteiras, conforme o desenrolar das contendas políticas entre os dois municípios, nos momentos em que Pio IX perde e readquire a

⁹ Sobre isso, ver: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL (IBGE). **Maranhão e Piauí**. V. 15. Obra conjunta do Conselho nacional de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1959, p 577-580.

autonomia política e administrativa. O jornalista Marcos Carvalho (2006) traz algumas informações a respeito das quais apresentamos a tabela a seguir.

TABELA 3: Relação dos vereadores, filhos de Alagoinha que fizeram parte da Câmara Municipal de Pio IX (e Fronteiras) antes da emancipação política de Alagoinha do Piauí em 1986.

ELEIÇÃO (ANO)	VEREADOR	LEGISLATURA
19/01/1947 Pio IX	Marcos João de Carvalho	1947 – 1951
03/10/1950 Pio IX	Marcos João de Carvalho	1951 – 1955 ¹⁰
03/10/1958 Fronteiras	Francisco Valentim da Rocha	1958 – 1963
07/10/1962 Pio IX	Nemésio Joaquim da Rocha e Manoel Policarpo dos Anjos	1963 – 1967
15/11/1966 Pio IX	Antônio Joaquim de Oliveira, Francisco Valentim da Rocha e Raimundo Galdino de Sá	1967 – 1971
15/11/1970 Pio IX	João Francisco de Brito, Adão das Chagas Brito e Elídio Joaquim de Sá	1971 – 1975
15/11/1974 Pio IX	José Eneas de Sousa, Adão das Chagas Brito e Caetano Abel de Carvalho	1975 – 1979
15/11/1978 Pio IX	José Eneas de Sousa, Francisco Valentim da Rocha, Adão das Chagas Brito e Elídio Joaquim de Sá	1979 – 1983
15/11/1982 Pio IX	Salomão Caetano de Carvalho, Braz José Neto e José Eneas de Sousa	1983 - 1986 ¹¹

Fonte: CARVALHO, Marcos. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI:** história documental (1792-2006). Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006, p. 106 a 108.

¹⁰ No fim do segundo mandato, perde a cadeira de vereador por haver faltado mais de 4 sessões seguidas, assumindo o seu suplente Aquiles Dias de Sá.

¹¹ Seria até 1987, mas em abril de 1986 Alagoinha consegue a sua emancipação política.

Pela tabela acima disposta, podemos ver que mesmo não sendo ainda um município autônomo, a votação da população da vila Alagoinha e localidades próximas, que mais tarde viriam a se tornar sua zona rural, era bastante expressiva, conseguindo, desde 1947 eleger vereadores que os representassem na Câmara Municipal de Pio IX, esta foi, inclusive, uma das razões alegadas posteriormente, no momento da arregimentação de documentos para entrar com o pedido de desmembramento do município sede Pio IX e formar o Município de Alagoinha do Piauí, assunto de que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3. O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: DE POVOADO À CIDADE DE ALAGOINHA DO PIAUÍ

De trinta a oitenta e seis
Andou tudo lentamente
Anos inteiros parados
Depois um passo pra frente
Somente em oitenta e seis
Tomou rumos diferentes.

Muitos outros aderiram
Àquela iniciativa
Mas a falta de recursos
Os nossos direitos priva
Somente em oitenta e seis
Veio a parte positiva.

Veio a nossa independência
No mesmo ano eleição
No ano noventa e sete
Nova administração¹²
Quatorze anos depois
Veja a nossa posição.
(BRITO, 2000).

Iniciamos este terceiro e último dos capítulos que compõem este trabalho monográfico, à semelhança dos dois primeiros, analisando os significados que nos apresenta a epígrafe acima colocada. O poema, ao qual frequentemente recorreremos ao longo deste trabalho tem-nos sido particularmente caro, uma vez que funciona como inspiração e fonte, visto que retrata a história a partir das memórias sobre a cidade Alagoinha. A análise da relação história/memória já foi feita no primeiro capítulo deste trabalho.

Já sobre a relação das cidades com a memória - memória que se coloca a mostra no poema que ora analisamos – nos inspiramos em Ítalo Calvino (1990), que ao descrever a cidade de Zaíra, alude aos seus lugares, acontecimentos, recordações:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a

¹² Aqui o poeta se refere à administração do prefeito Manoel do Nascimento Rocha, que venceu o pleito eleitoral de 1996, administrando a cidade entre os anos de 1997 a 2000.

cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990 p. 14-15.).

Calvino nos fala sobre as recordações que constroem a memória de uma cidade, explicando que as cidades não contam, contém o seu passado, semelhante às linhas que contém a nossa história escrita na palma da nossa mão. O autor elenca elementos materiais como ruas, mastros, bandeiras, mas também admite que cada arranhão, cada esfoladura contida na face da cidade contém um pouco de sua história. A estes elementos imateriais da memória das cidades acrescentaríamos as reminiscências contidas no poema/epígrafe deste capítulo.

Na primeira estrofe podemos perceber que o poeta recorda o ano de fundação do mercado, “trinta” (1930), e consolidação do povoado Alagoinha - mediante o seu estabelecimento como um local de comércio - como um momento importante para a gradual formação do que depois viria a ser a cidade Alagoinha do Piauí. No entanto, admite que daí até o ano de 1986 (emancipação política) andou tudo lentamente, lamentando por esses anos inteiros parados.

Na segunda estrofe o autor alude às iniciativas da população no sentido de construir as melhorias urbanas, os elementos essenciais para a posterior emancipação política como a construção das ruas em forma de povoado, a construção do mercado público e a construção do templo religioso. Podemos entender também que o poeta se refere às iniciativas empreendidas pela população, juntamente com seus representantes políticos junto à prefeitura de Pio IX (dos quais já falamos no capítulo anterior), no sentido de conseguir a autonomia administrativa de Alagoinha do Piauí, iniciativas que teriam começado em 1960 e tendo obtido sua culminância apenas em 1986.

Na terceira estrofe vislumbramos o júbilo que o autor deixa transparecer ao recordar a independência política do município de Pio IX, esta satisfação é compreensível, uma vez que o mesmo foi vereador e representante do povoado Alagoinha junto a Câmara Municipal de Pio IX, na década de 1970 e por três mandatos consecutivos, conforme se pode ver na tabela 3, disposta no capítulo anterior, sobre os vereadores filhos de Alagoinha que fizeram parte da Câmara

Municipal de Pio IX antes da emancipação de Alagoinha. Segundo panfleto encontrado no Arquivo da Confraria dos Notáveis de Alagoinha do Piauí, Adão das Chagas Brito teria sido “um dos maiores articuladores à frente do movimento de emancipação política do município” (CONFRARIA DOS NOTÁVEIS DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, 2012, p. 2.).

Percebemos enfim, que o poema nos traz muitas informações a respeito da cidade de Alagoinha, tendo como ponto de partida a memória, a lembrança de um morador a respeito de momentos específicos da História de sua Cidade. “Estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro” (CERTEAU, 2008, p. 175.). Por analogia, poderíamos acrescentar que a memória/lembrança também faz o espírito da Cidade.

3.1 Anos 1960: Início da mobilização alagoinhense para conseguir a autonomia administrativa

Conforme já analisamos no capítulo anterior, após 1900 e nas primeiras décadas do século XX, o processo de formação e organização do povoado Alagoinha vai se intensificando. Aos poucos, a localidade vai adquirindo uma face mais urbanizada a partir da construção das ruas alinhadas, formando pequenas quadras. Algumas destas casas, pertencentes às famílias mais abastadas e tradicionais da época, eram construídas no estilo bem ao gosto da época, com fachadas enfeitadas. Alguns destes “enfeites”, “bordados” mais característicos foram usados posteriormente como símbolos do município, estando presentes na bandeira municipal¹³. (Ver figura 8).

Abaixo podemos visualizar algumas casas que sobreviveram à passagem do tempo, nas quais é possível observar os detalhes arquitetônicos aos quais nos referimos e que se fazem presentes na simbologia municipal posterior.

¹³ A bandeira do município foi criada pelo Projeto de Lei n. 015/87, de 16 de novembro de 1987.



Figuras 6 e 7. Fachadas de algumas casas antigas, pertencentes às primeiras quadras construídas pelos antigos moradores de Alagoinha, nelas ainda podem ser vistos os detalhes arquitetônicos usados como símbolo, na bandeira do município. 2014.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha.

Os detalhes arquitetônicos ao gosto dos primeiros moradores alagoinhenses foram aproveitados, após a emancipação política, no momento de forjar uma simbologia que identificasse o novo município. Foi assim que logo na sua primeira administração, tendo a frente o então prefeito Salomão Caetano de Carvalho, foi criada a bandeira de Alagoinha do Piauí, cujo lema é: “Crescendo com seu povo”, e cuja simbologia é representada pelos detalhes arquitetônicos à moda dos seus

primeiros moradores. Uma das estrofes do Hino Oficial do Município de Alagoinha do Piauí também menciona este fato:

Preservando a cultura dessa gente
A arte vem ostentada na Bandeira
Ficará o legado eternamente
Aos filhos desta terra hospitaleira.

Abaixo, a bandeira da cidade de Alagoinha do Piauí, na qual podemos observar através dos detalhes arquitetônicos a preocupação de forjar uma simbologia municipal.



Figura 8. Bandeira de Alagoinha do Piauí. Criada em 1987.
Fonte: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

Outros elementos importantes para o crescimento da localidade Alagoinha, que também já foram apresentados no capítulo anterior, foram: a construção do mercado público em 1930, a construção da Igreja de São João Batista em 1945, a iluminação pública do povoado, feita a motor, a partir da década de 1960 (sobre isso, consultar nota de rodapé 4, capítulo 1 deste trabalho). De posse de todos estes elementos que consolidavam o povoado frente às demais localidades vizinhas e tendo uma parcela significativa de votos, uma vez que desde a década de 1940 Alagoinha já possuía vereadores que os representavam junto à Câmara Municipal de Pio IX, conforme podemos observar na tabela 3, disposta no capítulo anterior, o povoado Alagoinha foi crescendo e atraindo moradores a partir do início de sua

urbanização. Sobre isso Rolnik (2004, p.14) atesta o seguinte: “o empreendimento das novas construções implicava a existência de um trabalho organizado, o que por sua vez estabelecia a necessidade de normalização e regulação internas”.

Em parte por que não se sentissem devidamente representados pela sede Pio IX, talvez pelo fato já mencionado de que este era muito distante, e, sendo um município muito grande, deixava a desejar na questão da assistência pública as localidades que compunham a sua área territorial. Segundo a Enciclopédia dos Municípios do Brasil – IBGE (1959, p. 578), “A área do município é de 2 692 quilômetros quadrados”. Sabe-se que hoje esta área diminuiu consideravelmente, em razão do desmembramento de Alagoinha do Piauí em 1986 e também de doações de parte da área territorial para o município vizinho de Fronteiras.

Talvez ainda pela questão de que o povoado Alagoinha vinha crescendo em número de casas, moradores e se desenvolvendo, o fato é que há relatos de que a partir de 1960 a população alagoinhense começa a se mobilizar no sentido de reivindicar a sua autonomia administrativa.

Sobre a questão da necessidade de emancipação política, com a qual já sonhavam os moradores de Alagoinha do Piauí em 1960, Raquel Rolnik faz a seguinte colocação:

Imbricada [...] com a natureza da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política. (ROLNIK, 2004, p. 8).

Conforme podemos encontrar na bibliografia existente a respeito da emancipação política de Alagoinha do Piauí: Origem histórica de Alagoinha do Piauí (2001), Alencar (2004), Jesus (2006) e Carvalho (2006), todos eles apontam que o empenho da população, juntamente com os representantes políticos do povoado Alagoinha, junto à sede municipal, Pio IX, começa por volta da década de 1960, quando vários municípios piauienses deram entrada (e muitos deles obtiveram êxito) com o seu processo de emancipação.

Entre os municípios piauienses que conseguiram a sua autonomia administrativa entre o final da década de 1950 e a década de 1960 podemos elencar os seguintes:

Tabela 4: Municípios piauienses emancipados entre a década de 1950 a 1960.

Cidade	Ano de emancipação	Município tronco
Pimenteiras	1954	Valença
Inhuma	1954	Valença
Monsenhor Hipólito	1956	Picos
São Julião	1960	Fronteiras
Francisco Santos	1960	Picos
Francinópolis	1961	Valença
Santo Antônio de Lisboa	1963	Picos
Padre Marcos	1964	Jaicós

Fonte: <http://www.portaldopiaui.com.br/cidades>. Acessado em 18/04/2013.¹⁴

Ao analisarmos a tabela acima podemos perceber que realmente ocorreu um número significativo de emancipações de pequenas cidades piauienses no final dos anos de 1950 e durante a década de 1960.

Não se sabe exatamente o que teria levado a esse “boom” de emancipações de povoados e vilas em cidades, fenômeno esse que pode ser observado em vários municípios do Piauí (e do Brasil), no final da década de 1950 e principalmente na década de 1960. Uma das hipóteses colocadas por Alencar (2004) postula que isso teria ocorrido seguindo uma tendência observada em nível nacional, com o aceleração do processo de urbanização:

A partir de 1950 o processo de urbanização piauiense se intensifica, acompanhando uma tendência nacional. Após a Segunda Guerra Mundial a urbanização brasileira se acelera nas áreas industrializadas, gerando grandes metrópoles nacionais, esse processo rápido chega às áreas não industrializadas como um reflexo de modernização tecnológica. (ALENCAR, 2004, p. 22).

A cidade de Alagoinha do Piauí se encaixa nessas áreas não industrializadas que a autora menciona, embora em 1960 ainda fosse apenas um povoado, mas já havia começado a ter contato com o “reflexo da modernização tecnológica” que a autora menciona, a iluminação pública a motor é uma prova disso.

¹⁴ Observação: esta tabela não traz os nomes de todas as cidades piauienses que conseguiram sua emancipação no período em questão, foram escolhidas apenas as cidades mais próximas de Alagoinha.

Ainda sobre o crescente processo de desmembramentos ou emancipações políticas ocorridas a partir da década de 1960, Rebêlo, citada por Alencar afirma o seguinte:

Esse processo provocou mudanças nos hábitos das populações, [...] gerando fluxos migratórios em direção às áreas ofertadoras de bens e serviços, motivando, desse modo a constituição das cidades locais. Essas pequenas cidades que proliferaram após os anos 50 têm, atualmente, papel significativo na urbanização nacional em regiões pouco ou quase nada industrializadas. (REBÊLO, apud ALENCAR, 2004, p. 22).

Seguindo esta euforia de emancipações de cidades vizinhas (Monsenhor Hipólito, São Julião, Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa), o povoado Alagoinha também começa a se mobilizar, mas sua proposta de desmembramento é negada. Fato que deixou seus moradores profundamente ressentidos com os mandatários políticos de Pio IX. Como podemos ver na citação a seguir:

Para o povoado Alagoinha alcançar sua autonomia política, teve antes de enfrentar uma série de problemas. Nos anos sessenta, dezenas de povoados piauienses entraram com pedido de independência, todos foram bem sucedidos, tiveram seus projetos aprovados. Somente Alagoinha não teve este privilégio, sua proposta foi logo rejeitada pelos coronéis dirigentes do município de Pio IX, que conduziam a política de forma rasteira e arbitrária. (ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI, 2001, p. 8).

No entanto, convém nuançar que provavelmente Alagoinha, e até mesmo muitos dos municípios acima listados, não possuíam as condições mínimas exigidas pela Lei, para poderem se tornar autônomas administrativamente.

A Constituição Estadual de 1947, a qual ainda vigorava no início dos anos de 1960, dispõe o seguinte, no seu artigo 12, item I, sobre a criação de novos municípios:

Os municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos municípios, mediante lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade dos votos da Assembléia, cabendo a iniciativa:

I) Às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isolados, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;

II) A seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas;

§ 1º - A formação de novos municípios dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

- a) População mínima de oito mil habitantes;
- b) Renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;
- c) Patrimônio com área mínima de quatrocentos hectares.

(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, 1947).

Podemos ver que a Lei exigia condições mínimas para que novos municípios fossem criados: pelo menos oito mil habitantes, ter um patrimônio territorial definido de pelo menos quatrocentos hectares e arrecadação anual de vinte mil cruzeiros. É fácil supor que muitos municípios piauienses (quicá brasileiros) não apresentavam tais condições à época de suas emancipações - já que ainda hoje muitos deles não possuem a quantia de oito mil habitantes¹⁵ -, conforme podemos depreender a partir da análise de algumas matérias de jornais que circularam na capital do Estado no início dos anos de 1960, criticando a proliferação destas pequenas cidades:

A Constituição estabelece as condições necessárias para a criação de municípios, mas os políticos piauienses têm encontrado facilidade para arranjo de documentos, comprovantes de recursos econômicos e população inicial, atendendo aos interesses de candidatos ao recebimento da cota federal. Povoados que não apresentavam o mínimo de possibilidades de serem elevados à categoria de cidade, sob qualquer aspecto, recebem patrocínio de deputados estaduais e são transformados em sedes municipais [...]. (O DIA, ano XII, 1962).

Há como que uma ânsia – uma espécie de andaço atingindo os políticos, para a improvisação de municípios novos. De qualquer arraial, aldeota, lugarejo ou mesmo qualquer fazenda de criação ou sítio, mais habitado, faz-se um município, sem que se cogite de satisfazer os pressupostos constitucionais [...]. (FOLHA DA MANHÃ, ano IV, 1961).

Pelos fragmentos de matérias jornalísticas acima transcritos, podemos perceber que era fato conhecido pela imprensa e por muitas pessoas influentes, que a maioria destes pequenos municípios que se multiplicaram a partir do final dos anos 1950 e no decorrer da década de 1960 não preenchiam os requisitos exigidos pela Lei (Constituição Estadual de 1947). Mesmo assim, muitos deles (a maioria), conseguiam burlar as condições e alcançar sua autonomia política, decerto

¹⁵ Sobre isso ver: Lista de cidades do Piauí. disponível em <http://www.portaldopiaui.com.br>.

apadrinhados por políticos que tinham algum interesse, seja no apoio eleitoral, seja na cota de repasse federal. Enfim, podemos perceber que a fundação de muitos municípios piauienses dependeu de jogos de interesse político, dos quais faziam parte muitas pessoas que encabeçavam estes movimentos emancipacionistas.

A historiadora Eliane Rodrigues Moraes (2008) também analisa estas contendas políticas no momento da emancipação da cidade de Francinópolis – PI, em 1961. A autora revela que mesmo não possuindo a população mínima exigida, tendo apenas 6 066 habitantes, não cumpria, portanto um dos requisitos exigidos pela Constituição Estadual de 1947, a qual exigia o mínimo de oito mil habitantes. Mesmo assim, Francinópolis, e provavelmente, muitas outras cidades piauienses conseguiram a autonomia administrativa na década de 1960.

O povoado Alagoinha não teve a mesma sorte, provavelmente em razão de também não atender aos requisitos básicos exigidos. No entanto, sua população se ressentia contra os políticos piononenses, que, ao que parece, também não tinham interesse em abrir mão de parcela significativa de seu território, eleitores e arrecadação tributária.

Podemos observar que o processo de emancipação política ocorreu em Alagoinha, diferente do que teria ocorrido em Inhuma PI, assunto estudado por Almondes (2012, p.27): “A rapidez em que o povoado foi emancipado pode ser explicada ao observarmos a ligação de alguns moradores do local com pessoas influentes [...]”.

O mesmo não acontecia com Alagoinha, parecia não haver ninguém influente na capital do Estado que se interessasse em apoiar a causa da emancipação, pelo menos não em 1960. Ao passo que o município de Pio IX tinha lá as suas personalidades influentes e não estava nem um pouco interessadas em apoiar este processo.

A partir de 1964, com a mudança da Administração Federal, que daí até 1985 passa a ser comandada pelos militares, entra em vigor a Carta Magna de 1967, na qual, a criação de novos municípios brasileiros foi submetida a regras mais rigorosas. Maria Sílvia Barros Lorenzetti (2003), ao estudar a regulação legal requerida para a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios no

Brasil, explica o seguinte, a respeito da Carta de 1967 e dos requisitos que ela exigia:

[...] Esses requisitos, que eram uniformes para todo o país, compreendiam: população estimada, superior a dez mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população existente no Estado; eleitorado não inferior a dez por cento da população; centro urbano já constituído, com o mínimo de duzentas casas; e arrecadação mínima de cinco milésimos da receita estadual de impostos, computada no exercício anterior ao processo de emancipação. Comprovado o atendimento a tais exigências, a Assembleia Legislativa do respectivo Estado determinava a realização de plebiscito e, havendo resultado favorável, editava a lei de criação do novo município. (LORENZETTI, 2003, p. 3).

Sendo assim, a partir de 1967, com leis mais rígidas, ficava ainda mais difícil para o povoado Alagoinha pleitear sua autonomia administrativa. Alguns relatos apontam que teria ocorrido uma nova tentativa nesse sentido em 1979¹⁶, realizando-se recenseamento da população, mas esta não atingiu o total mínimo exigido de dez mil habitantes. No entanto, não foram encontrados dados referentes a este recenseamento.

3.2 Anos 1980: nova mobilização e emancipação política

Quando da década de 1980, o povoado Alagoinha já contava com muitas benfeitorias urbanas, que motivavam ainda mais a sua população na busca pela independência administrativa com relação ao seu município sede, Pio IX. Conforme podemos ver no “Relatório de obras públicas e da população do povoado Alagoinha – Pio IX – PI”, elaborado pelo vereador alagoinhense com acento na Câmara Municipal de Pio IX em 1984, José Enéas de Sousa, que foi anexado aos

¹⁶ É possível encontrar referências a isso nos seguintes trabalhos: ALAGOINHA DO PIAUÍ: Perfil do Município. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

JESUS, Ana Antonia de. **Alagoinha do Piauí e sua história**. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

documentos amealhados para dar entrada com o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí. O relatório ao qual nos referimos está disposto no anexo **A**, mas podemos citar algumas obras que denotam o relativo grau de desenvolvimento do povoado no ano de 1984:

- Posto de saúde;
- Posto telefônico;
- Posto tributário estadual;
- Açougue público;
- Torre da TV Rádio Clube;
- Três poços artesianos;
- Uma escola estadual;
- Rede elétrica;
- Dois cemitérios;
- Uma igreja.

Sabendo que a partir de 1967 a Legislação Federal havia enrijecido ainda mais os requisitos para a criação de novos municípios. Exigindo para tal, além de número mínimo de dez mil habitantes, teria ainda que ter um total de eleitores de no mínimo mil votantes (considerando o número de habitantes sendo dez mil, uma vez que o total de eleitores deveria equivaler a dez por cento deste total), valor de arrecadação equivalente a cinco milésimos da receita Estadual relativa ao exercício anterior ao início do processo de emancipação. Depois de averiguadas todas estas exigências, a Assembleia Legislativa do Estado, para a qual o pedido devia ser encaminhado, determinava a realização da consulta plebiscitária à população da área interessada. Dependendo do resultado desta consulta, elaborava-se então a Lei de criação do Município, que só então seria levada à apreciação Plenária para ser aprovada ou não.

Sendo assim, a população do povoado Alagoinha, tendo á frente os seus representantes políticos na Câmara Municipal de Pio IX – que no mandato referente a 1983-1987 tinha três vereadores alagoinhenses em exercício: Salomão Caetano de Carvalho, José Enéas de Sousa e Braz José Neto, conforme está disposto na tabela 3, do segundo capítulo deste trabalho – começa novamente a se articular no início da década de 1980, desta vez, mais conscientes das exigências

legais e provavelmente, orientados por pessoas mais informadas sobre os procedimentos exigidos por lei.

O primeiro passo para a nova tentativa de emancipação política começa em 1984, com a elaboração do já mencionado “Relatório de obras públicas e da população do povoado Alagoinha – Pio IX – PI”. Em 1985 foi formulado um requerimento em nome dos “eleitores residentes e domiciliados no povoado Alagoinha, Município de Pio IX” (ver anexo **B**), para solicitar junto à Assembleia Legislativa a sua transformação em município independente. Curiosamente, o requerimento propõe que a denominação para o município por ele solicitado venha a ser chamado, depois, de elevado a categoria de cidade, de Marianópolis e não Alagoinha, como então se chamava o povoado.

Provavelmente, a explicação para a proposta desta nova denominação seja pelos seguintes motivos: ao que parece, o requerimento foi encabeçado pelo então vereador José Enéas de Sousa, neto do capitão Mariano Policarpo de Sousa, que no início do século XX, havia sido inspetor de quarterão (delegado) da localidade galhofa, no entorno do povoado Alagoinha. Segundo Carvalho (2006), José Enéas quis fazer uma homenagem ao seu avô **Mariano Policarpo de Sousa** (Marianópolis), propondo então este nome para o pleiteado município.

Voltando à questão da documentação arrolada para dar entrada com o processo de emancipação de Alagoinha do Piauí, como já foi mencionado, foi elaborado o requerimento acima citado contando com 150 assinaturas de pessoas da comunidade alagoinhense e de representantes políticos, em seguida este foi encaminhado ao então Deputado Estadual Idelfonso Vieira Dias, que por sua vez, o encaminhou à Assembleia Legislativa do Piauí.

Ao que parece, daí em diante, o próprio Deputado (Idelfonso Vieira Dias) toma ele mesmo a frente dos encaminhamentos e procedimentos necessários para a empreitada. Em abril de 1985 encaminha um requerimento ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, fazendo as seguintes solicitações:

Idelfonso Vieira Dias, abaixo-assinado, Deputado Estadual, vem, em apoio a representação anexa, requerer a V. Exa. que após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Exmo. Sr. Delegado no Piauí, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao DD. Presidente do Tribunal

Regional Eleitoral e ao Exmo. Sr. Secretário de Fazenda do Piauí, formulando os seguintes apelos:

Ao Delegado, no Piauí, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de que sejam prestadas as informações referentes a população estimada na área formada pelas datas Pedras, Salamanca e Canindé a serem desmembradas do Município de Pio IX, com vistas a formação da área territorial do Município que se pretende criar e número de casas localizadas no povoado Alagoinha Município de Pio IX, Piauí, futura sede municipal.

Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando informações sobre o número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do referido povoado.

Ao Secretário de Fazenda do Estado, solicitando informações sobre a arrecadação tributária, no exercício de 1984, verificada nos postos fiscais das três datas.

Após a coleta destes dados solicitar a realização de Plebiscito para consulta à população da área a ser desmembrada, com base em instruções a serem expedidas pelo Colendo Tribunal Eleitoral.

E, finalmente, se favorável ao Plebiscito, elaborar e submeter a apreciação do Plenário o respectivo Projeto de Lei de Criação do Município.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, 11 de abril de 1985.

Dep. Idelfonso Vieira Dias.
(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,
1985).

Como podemos ver no documento acima transcrito, foram solicitados pelo próprio Deputado Estadual a documentação comprobatória das condições mínimas exigidas. Sendo elas: as informações sobre a população estimada, junto ao IBGE, da área a ser desmembrada (que deveria ser no mínimo dez mil habitantes), bem como o mapeamento das datas: Pedras, Salamanca e Canindé, e o número de casas do povoado Alagoinha (mínimo exigido: 200), que sediaría o município que se pretendia criar.

Junto ao TRE foram solicitadas as informações a respeito do número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do povoado, que de acordo com as exigências legais, deveria ser de pelo menos mil eleitores. À Secretaria de Fazenda do Estado foram solicitadas as informações a respeito da arrecadação tributária da área em questão, referente ao exercício de 1984.

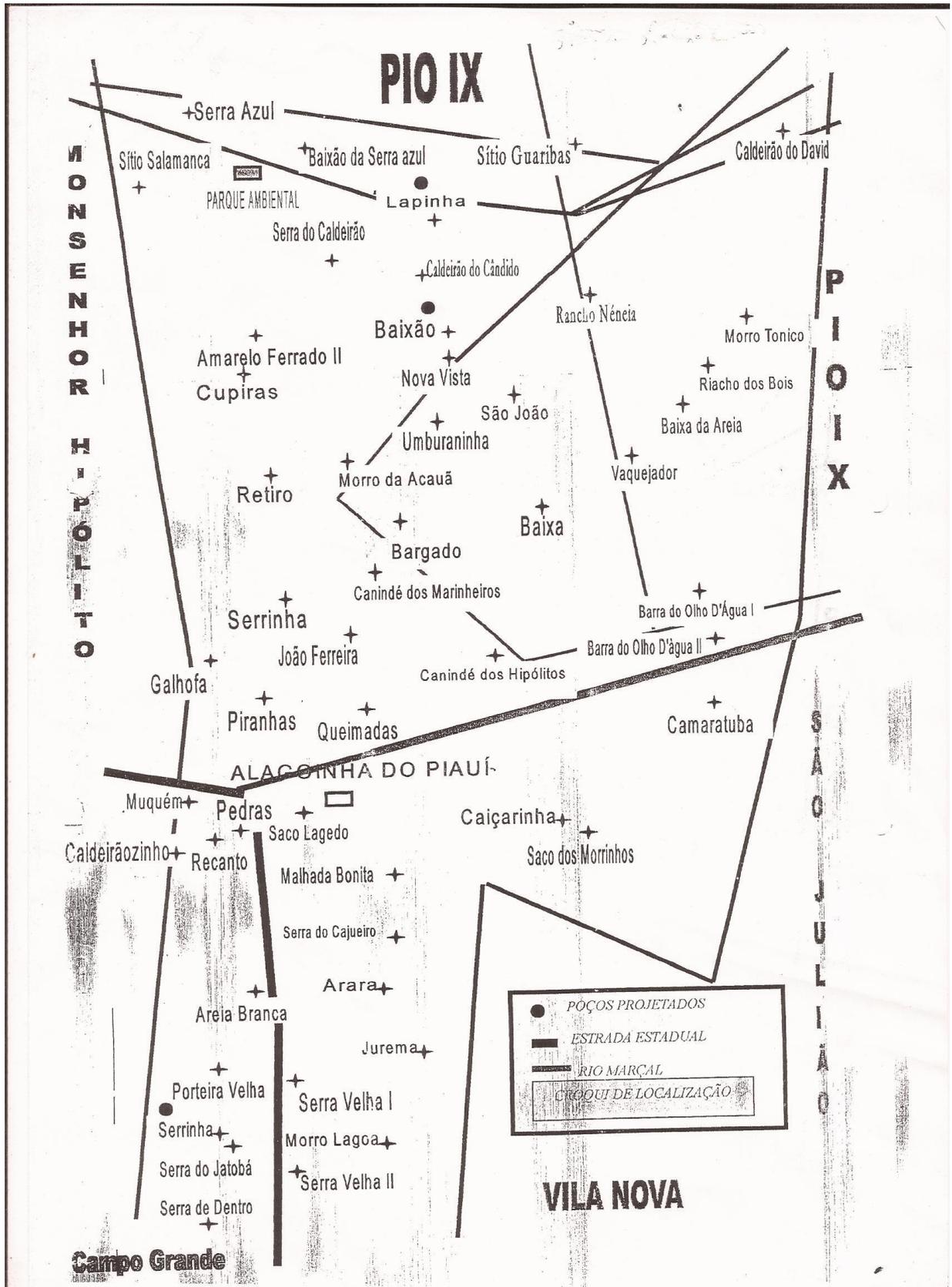


Figura 9. Croqui do Município de Alagoinha do Piauí, no qual se pode ver os contornos da área composta pelas datas: Pedras, Salamanca e Canindé, e os nomes dos municípios fronteiriços. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí. 2012.

A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí tomou as devidas providências para entrar em contato com as instituições competentes e arrolar as informações necessárias. A documentação foi amealhada, tendo, de acordo com os dados obtidos, conseguido cumprir todas as exigências da Lei quanto à população estimada, o número de casas na sede do povoado, o número de eleitores (2. 594 eleitores) e a arrecadação tributária, conforme se pode ver nos anexos **C**, **D**, e **E**.

Tabela 5: População estimada e número de domicílios do povoado Alagoinha e das áreas a serem desmembradas para formarem o município.

Ano		População	Prédios domiciliares	Prédios não domiciliares
1985	Urbana	1 429	264	89
	Rural	8 759	1 721	16
	Total	10 188	1 985	105

Fonte: Relatório do IBGE feito em 1985, atendendo a solicitação da Assembleia Legislativa do Piauí.

Segundo explicação dada no próprio relatório, a contagem dos domicílios e da população do povoado Alagoinha utilizou o processo universal de indagação, isto é, casa a casa. Já para a contagem dos domicílios e da população das Datas: Pedras, Salamanca e Canindé (zona rural) foi utilizado o método da indagação dos principais moradores e dos líderes comunitários sobre a população e domicílios existentes.

Mesmo tendo sido comprovado, por meio de todos os dados arrolados, que os requisitos mínimos foram cumpridos, cabe ressaltar que há a possibilidade de ter existido fraude na contagem da população, pois o número total de habitantes da área que depois viria a ser o município de Alagoinha do Piauí, no ano de 1985 somou 10. 188 moradores. Ora, baseando-nos em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população estimada de moradores alagoinhenses em 2013 era de 7. 467 habitantes. Sendo assim, o questionamento se o número de moradores recenseados por ocasião do processo de emancipação política é realmente seguro, não é de todo descartável, considerando também que nas localidades vizinhas ao povoado Alagoinha, que seriam suas localidades rurais, foi feito não por indagação casa a casa e sim indagando as pessoas consideradas como lideranças daquela localidade. Deste modo, não seria difícil supor que a contagem fosse superestimada propositadamente, para que atingisse o número mínimo exigido.

Entretanto, tais questionamentos são apenas suposições, sendo inclusive possível que a população tenha diminuído, ao invés de aumentar, pelo fato de que hoje as famílias são muito menos numerosas do que eram na década de 1980, onde era raro uma família com menos de quatro filhos.

Voltando ao processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, em concordância com as disposições da Legislação de 1967, ainda em vigor, após comprovado o cumprimento de todas as exigências, por meio da análise da documentação comprobatória, a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dá o parecer favorável à realização do Plebiscito, consultando a população da área a ser desmembrada se ela está de acordo ou não com a criação do município.

No entanto, como já foi mencionado anteriormente, na ocasião de formular o requerimento que seria enviado à Assembleia Legislativa, o vereador José Enéas propôs que depois de emancipado, o novo município passasse a ser chamado Marianópolis e não o seu nome de origem, Alagoinha. Ocorre que nem toda a população alagoenhense estava de acordo com tal mudança de nome; ao que parece, políticos opositores a tal proposta, provavelmente fomentados pelos seus partidários, recorreram junto ao também Deputado Estadual à época, Marcelo Coelho, para que esse os representasse junto as autoridades competentes e garantisse que a população fosse consultada a respeito de mudar ou não de nome. Assim foi que o Deputado Marcelo Coelho envia, em 27 de agosto de 1985 o seguinte requerimento ao Presidente da Assembleia do Estado do Piauí:

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia do Estado do Piauí.

Marcelo Coelho, Deputado Estadual, abaixo assinado, fundamentado nas disposições regimentais em vigor, vem requerer a V. Exa. que, após ouvido a comissão competente e, conseqüentemente o Plenário, se digne enviar ofício ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que concomitantemente com o Plebiscito da passagem do povoado Alagoinha para município, seja feito um outro sobre a permanência ou não do nome de origem.

Teresina (PI), 27 de agosto de 1985.

Dep. Marcelo Coelho. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 1985).

Sendo assim, depois de apreciada a documentação, bem como o requerimento do Deputado Marcelo Coelho sobre a consulta plebiscitária, a

Assembleia Legislativa emite, em 28 de agosto de 1985, o seguinte parecer a respeito do processo de emancipação de Alagoinha:

PARECER

1. O presente processo, de iniciativa do nobre Deputado Idelfonso Vieira Dias, propõe a criação do novo Município de Alagoinha/Marianópolis, desmembrado do Município de Pio IX.
2. A matéria é regulada pela Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967.
3. Consta no dito processo a documentação concernente ao cumprimento das exigências contidas no art. 2º e seus incisos da prefalada Lei Federal, inclusive quanto aos quantitativos mínimos de população, de casas residenciais, de eleitorado e de arrecadação de tributos, por parte do Estado.
4. Com fundamento na regra contida no art. 3º da aludida Lei Complementar, urge que a Presidência desta Assembleia Legislativa se dirija ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral solicitando a realização do Plebiscito, ali exigido, encarecendo daquela Corte de Justiça Especializada que, se possível, por ocasião do dito Plebiscito, seja a respectiva população consultada sobre a permanência ou não do nome “Alagoinha”, que, hoje, batiza (sic) o povoado, que passaria, então, a dar nome ao Município, em atenção ao requerimento de autoria do nobre deputado Marcelo Coelho, aprovado, à unicidade de votos pelo Plenário, em sessão do dia 27 deste mês de agosto, junto ao processo em referência.
5. Atendida, finalmente, a parte plebiscitária, o referido processo deverá retornar a esta comissão, para o Parecer definitivo.

É o nosso parecer, Teresina, 28 de agosto de 1985.

Ribeiro Magalhães
Relator.

Após emitido o parecer acima transcrito, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Sabino Paulo Alves Neto, envia ofício (ver anexo **F**) ao Presidente do Tribunal de Regional Eleitoral do Piauí, no sentido de que sejam tomadas as providências para a realização do Plebiscito, tanto para consultar a população a respeito da criação do novo município, como também a respeito do nome, se permanecia com a denominação do antigo povoado ou mudaria para Marianópolis.

Em 27 de setembro de 1985, em resposta ao ofício enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, o TRE (Circunscrição do Estado do Piauí) envia-lhe o

ofício deferindo o pedido de realização do Plebiscito nas datas Pedras, Salamanca e Canindé, e, estabelecendo a data de 22 de dezembro (de 1985) para a consulta popular solicitada (ver anexo **G**).

Na data acordada, houve então a realização do Plebiscito, sendo que seu resultado foi favorável à emancipação política e à permanência da denominação Alagoinha para o novo Município, conforme podemos visualizar na tabela abaixo, (sobre isso ver também anexo **H**).

Tabela 6: Resultado do Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985.

Emancipação Política		Nome do Município	
Sim	1 845	Alagoinha	1 115
Não	76	Marianópolis	735
Branços	25	Branços	19
Nulos	95	Nulos	172
Total	2 041	Total	2 041

Fonte: Ata Final de Apuração emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Por fim, depois de cumpridas todas as exigências, e, depois de ter passado por todos os procedimentos e trâmites legais, o Projeto de Lei datado de 04 de março de 1986 que “Cria o município de Alagoinha do Piauí e dá outras providências”, de autoria do Deputado Idelfonso Vieira Dias (ver anexo **I**), é submetido à apreciação plenária, recebendo o parecer favorável em 17 de março do mesmo ano:

A matéria é, pois, constitucional e jurídica, razão por que somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões em Teresina, 17 de março de 1986.

Ribeiro Magalhães
Relator. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 1986).

Estava assim aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Criação do Município de Alagoinha do Piauí, o qual entra em vigor, a partir de sua publicação no Diário Oficial, em 09 de abril de 1986. Pela Lei Estadual 4. 042, a qual decreta que:

Art. 1º - Fica criado o município de “Alagoinha do Piauí” com sede no atual povoado “Alagoinha”, que por esta Lei, se eleva à categoria de cidade.

Art. 2º - A circunscrição territorial do novo município de “Alagoinha do Piauí” será constituída das datas Canindé, Salamanca e Pedras, obedecendo as linhas perimétricas já

julgadas em competente processo demarcatório e desmembrados do município de Pio IX [...]. (DIÁRIO OFICIAL. 09 de abril de 1986).

Encerrava-se assim, e com sucesso, o processo de emancipação política da cidade de Alagoinha do Piauí. Culminando em 09 de abril de 1986 a iniciativa popular dos cidadãos começada, ou pelo menos idealizada, ainda na década de 1960. A primeira eleição municipal do recém-criado município foi realizada no mesmo ano, em 15 de novembro.

A data em que a Lei de criação do município Alagoinha do Piauí entra em vigor, 09 de abril, passa, daí em diante a ser festejada pelos munícipes, como um momento importante na história desta cidade. Sendo inclusive cantada, enaltecida, no Hino Oficial do Município, de autoria da professora Maria Fidélia da Rocha Brito:

A alvorada do teu amanhecer
Naquele promissor nove de abril
Prenunciava nosso renascer
Debaixo deste céu cor de anil.

No fragmento do Hino à Alagoinha do Piauí, acima citado, podemos vislumbrar quantas esperanças foram depositadas neste momento simbólico, onde a cidade adquire sua autonomia administrativa. Hoje, decorridos 28 anos deste momento, talvez os cidadãos ainda não tenham todas as benesses públicas que por certo merecem, enquanto cidadãos. Alagoinha ainda é um município pobre, essencialmente agrário (que portanto sofre à mercê de bons ou maus invernos), e, que ainda luta, buscando melhor desenvolvimento, tanto urbano, como social, para que venha a conseguir proporcionar melhorias nas condições de vida de seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo principal analisar como se deu o processo de emancipação política da cidade de Alagoinha do Piauí. Para tal, iniciou-se por fazer um retrocesso até o início do povoamento do lugar Alagoinha e das localidades em seu entorno, que depois viriam a se tornar sua área rural.

Através da análise de resumos históricos, baseados em relatos de antigos moradores alagoinhenses, analisamos as versões históricas existentes a respeito dos primeiros colonos à adentrarem no território que hoje compõe o município de Alagoinha do Piauí. Constatamos haver divergências entre uma e outra versão, no que concerne a nomes, datas e locais, que teriam sido os pioneiros. No entanto, entendemos que, em si tratando de relatos orais, baseados na memória herdada de pai para filho, estas divergências se fazem comum. A bem da verdade, todos os documentos, orais, escritos, oficiais ou não, são questionáveis, uma vez que são representações do real e não o real propriamente dito.

Apesar das ligeiras divergências apresentadas, todos os relatos concordam em um ponto: as primeiras famílias a chegarem no território alagoinhense, vindas de províncias vizinhas (ainda no final do século XVIII), chegaram atraídas pela grande disponibilidade de terras próximas a aguadas, para as práticas de plantio e criação de animais. Da disponibilidade de água, no Rio Marçal (na época Riachão) e em lagoas, surgiu o nome da localidade, que depois se tornaria vila e posteriormente sede municipal: Alagoinha.

Em seguida, analisamos quais foram as primeiras famílias a colonizarem o território alagoinhense e a posterior contribuição de seus descendentes para a formação do povoado Alagoinha. Estas primeiras famílias permanecem ainda hoje na região e os nomes de alguns de seus representantes nomeiam ainda hoje ruas e avenidas da cidade. Estes filhos de Alagoinha, por certo auxiliados por muitos outros moradores anônimos da localidade, deram início ao processo de urbanização do povoado, construindo as primeiras quadras da vila Alagoinha (1900), o mercado público (1930), a Igreja de São João Batista (1945). Todos estes elementos são importantes para a formação das cidades de um modo geral.

Por fim, analisamos o processo de emancipação, longo e cansativo, iniciado na década de 1960, quando houve um auge de emancipações de pequenos municípios piauienses. Nesta primeira tentativa a proposta de emancipação alagoinhense foi negada, decerto por não satisfazer às exigências legais.

Paralelamente à análise do processo de emancipação de povoado a cidade de Alagoinha do Piauí, e, por consequência, da documentação relativa a tal processo, analisamos também a legislação que regulamentava a criação de novos municípios no Piauí e no Brasil.

A partir de 1984/85, novamente a população alagoinhense se mobiliza, desta vez mais conscientes das exigências da Lei e orientados por pessoas mais entendidas do assunto, vindo a obter a autonomia administrativa, desmembrando-se de Pio IX em 1986.

De lá pra cá, o município tem se desenvolvido bastante, embora ainda não se possa dizer que está no patamar desejado e merecido, em nível de desenvolvimento político, econômico e social. Mesmo assim, suas melhorias são visíveis, o município tem crescido, sua zona rural e seus povoados ganharam melhorias como escolas, poços tubulares, eletricidade, água encanada (alguns) e postos de saúde. A zona urbana tem se expandido com o surgimento de novas ruas e bairros, que resultam, principalmente, da migração de pessoas da zona rural em busca de trabalho e/ou para continuar os estudos, na esperança de melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ALMONDES, Carmina Candido. **As transformações urbanas ocorridas em Inhumas-PI após sua emancipação política (1954-1977)**. Picos, PI: UFPI, 2012. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

BRITO, Adão das Chagas. **Homenagem a Alagoinha do Piauí**. Alagoinha, 2000. (texto digitado por Belmira Sá).

CARVALHO, Marcos. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)**. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 169-191.

CERTEAU, Michel de. O bairro./ Os fantasmas da cidade./ Espaços privados. In: **A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 37-45; 189-207.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. P.7-35.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 23-72.

CONFRARIA DOS NOTÁVEIS DE ALAGOINHA DO PIAUÍ –PI. **Imortal**: Adão das Chagas Brito. Alagoinha do Piauí, 15/06/2012.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL (IBGE). **Maranhão e Piauí**. V. 15. Obra conjunta do Conselho nacional de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1959, p 577-580.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral: procedimentos e possibilidades.** São Paulo: Humanitas/FELCH/USP, 2002, 145 p.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006, 224 p.

JESUS, Ana Antonia de. **Alagoinha do Piauí e sua história.** Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

LORENZETTI, Maria Silvia Barros. **Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.** Brasília – DF: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2003.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis.** Teresina: EDUFPI, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Vol.5, n. 10, 1992. P. 201-215.

REBÊLO, Emília Maria de C. Gonçalves. A urbanização no Piauí. Carta CEPRO, Teresina, V. 18. n. 1, jan./jun. 2000, p. 102-103. Apud: ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí.** Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ROLNIK, Raquel. **O quê é cidade.** 3 ed. 6 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROCHA BRITO, Maria Fidélia da. **Recados.** Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. **Timon, uma flor de cajazeiras: do povoamento à vila.** Timon: Ed. da Prefeitura Municipal de Timon, 2007, 168 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Manual de orientação para elaboração da monografia de conclusão de curso.** UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, curso de História, Picos, 2011.

VIEIRA, Maria do Pilar (et. al.). **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1989.

FONTES:**ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI:**

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Croqui do Município de Alagoinha do Piauí, 2012.

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Cadastro Imobiliário Municipal, 2005.

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Projeto de Lei n. 015/87, de 16 de novembro de 1987.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ.

Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

ARQUIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ALAGOINHA DO PIAUÍ:

ALAGOINHA DO PIAUÍ: Perfil do Município. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – PI:

Livro de Registro de Terras – Pio IX-PI, 1898.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ – PI:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Pasta: Criação de Municípios 1954 a 1990.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Pasta: Deputado Idelfonso Dias.

DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 09 de abril de 1986, ano LV, n. 66.

CONSTITUIÇÕES:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – PI, 1947. Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

CARTA CONSTITUCIONAL DE 1967 – BRASIL. Apud: LORENZETTI, Maria Silvia Barros. **Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios**. Brasília – DF: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2003.

PIAUÍ, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ. Lei de N. 186, 5 de Outubro, 1989.

JORNAIS:

Indústria de Município Novos. **Folha da Manhã**, ANO IV, nº 907. Teresina, p. 04, 17 fev. 1961. Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

Criação de Municípios. **O DIA**, ANO XII, nº 1. 054. Teresina, p. 02, 09 dez. 1962. . Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

SITES:

LISTA DE CIDADES DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.portaldopiaui.com.br>. Acessado em 18/04/2013.

BANDEIRA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Disponível em: <https://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ DENTRO DO TERRITÓRIO PIAUIENSE. Disponível em: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alagoinha do Piauí**. disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 12/02/2014.

POESIAS:

BRITO, Adão das Chagas. **Homenagem a Alagoinha do Piauí**. Alagoinha, 2000. (texto digitado por Belmira Sá).

ROCHA BRITO, Maria Fidélia da. **Hino à Alagoinha do Piauí**. In: ROCHA BRITO, Maria Fidélia da. **Recados**. Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

ROCHA BRITO, Maria Fidélia da. **Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista.** 2006.

ANEXOS

ANEXO A: (Relatório de obras públicas do povoado Alagoinha, feito em 1984 e anexado aos documentos do processo de emancipação política do Município).

**RELATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS E DA POPULAÇÃO DO POVOADO
ALAGOINHA DO PIAUÍ – PIO IX-PI.**

Relatório feito pelo vereador José Enéas de Sousa, líder político do povoado.

ALAGOINHA TEM NA SEDE DO POVOADO:

- Posto de saúde;
- Posto telefônico;
- Posto tributário estadual;
- Açougue público;
- Mercado público;
- Torre da TV Rádio Clube;
- Três poços artesianos;
- Grupo escolar com seis salas de aula e outras dependências;
- Rede elétrica de boa esperança;
- Barragem pública;
- Dois cemitérios;
- Uma igreja;
- Empresa de ônibus com linha para Picos e Pio IX;
- Rodovia estadual ligando o povoado á BR 316;
- Rodovias municipais, ligando às cidades e lugarejos mais próximos;
- Uma área de terra equivalente a um hectare, doado para a construção de um ginásio.

NA ÁREA RURAL, DENTRO DAS TRÊS FAZENDAS PERTENCENTES AO POVOADO, TEM:

- Grupo escolar de Areia Branca;
- Grupo escolar de Moquéim;
- Grupo escolar de Caiçarina;
- Grupo escolar de Canindé;
- Grupo escolar de Barra do Olho D' água;
- Grupo escolar de Baixa;
- Grupo escolar de São João;
- Grupo escolar de Retiro;
- Grupo escolar de Amarelo Ferrado.

Está projetado e já em andamento a rede de abastecimento de água do povoado.

Conforme levantamento feito pela SUCAN, o povoado tem 390 casas residenciais com 2 320 habitantes e na zona rural tem 1 707 casas com 11 571 habitantes.

Pio IX, 25 de Julho de 1984
José Enéas de Sousa (vereador).

ANEXO B: (Requerimento elaborado pelo vereador em José Enéas de Sousa, em nome da população de Alagoinha, encaminhado ao Dep. Idelfonso Vieira Dias, 1985).

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Nós, abaixo assinados, eleitores residentes e domiciliados no Povoado de ALAGOINHA, Município de Pio IX, neste Estado, vimos, com base na lei complementar Nº 01, de 09/11/67, através da presente REPRESENTAÇÃO, solicitar, a essa Augusta Assembléia sua transformação para Município, com a denominação de MARIANÓPOLIS, com sede neste povoado e o conseqüente desmembramento de sua área territorial do Município de Pio IX, para o que prestamos os seguintes esclarecimentos.

- 1- A população do Município de Pio IX ultrapassa, hoje, a casa dos 25.000 habitantes, distribuídos numa área de 2.627 Km²;
- 2- Dentre os povoados do Município de Pio IX, o de ALAGOINHA, tanto pela população eleitorado, como pela concentração de prédio urbanos e arrecadação tributária, assume posição de destaque, consoante esclarecimento e dados que a seguir, passamos a apresentar:
 - a) População estimada em 11.000 habitantes, sendo 3.000 na zona urbana e 8.000 na zona rural.
 - b) Eleitorado aproximado de 2.500 eleitores, o que lhe proporciona, atualmente, uma representação de 03 Vereadores dentro os 09 que compõem a Câmara Municipal de Pio IX;

c) Centro urbano constituído de 400 prédios, assim distribuídos: 315 casas residenciais; 80 pontos de comércio; 04 prédios públicos e 01 igreja.

d) Arrecadação tributária, no exercício de 1984, da ordem de Cr\$120.000.000 (Cento e vinte milhões de cruzeiros), que equivalem a cerca de 30% da receita do Município de Pio IX, esteve a cargo do Posto de Arrecadação da sede do Povoado e de outros localizados nas datas de PEDRAZA, SALAMANCA e CANINDÉ, as quais são desmembradas do Município sede para integrarem a área territorial do futuro Município, cuja criação ora se pleiteia.

A arrecadação do povoado Alagoinha, em exercícios anteriores a 1984, não apresenta, com certeza, resultados semelhantes ou coerentes com os obtidos em 1984, por forçada prolongada estiagem que se abateu sobre a região nos últimos cinco anos, reduzindo a índices assustadoramente baixos os níveis de sua produção agrícola, que representa o esteio de sua economia, aliada a pecuária.

N. Termos

P. Deferimento

ALAGOINHA, Município de Pio IX

Piauí Em

26/03/1985

N O M E S	Números Títulos	Zona Eleitoral	Sec.
João Epitácio da Sequeira	11371	29º	15
Solange Bastião de Azevedo	2993	29º	13
Bez José Neto	11262	426,79º	15
Becho José Neto	6160	29º	23
Guineiro Gomes de Almeida	2996	29º	13
Leandro Theófilo de Souza	2852	29º	14

João João de Deus	4.777	29	15
Mãe das Chagas Brito	3.115	27	14
Alta Graça Gonzaga	11.453	29	13
Rubio Simplicio de Carvalho	10.935	29	214
Maria Zelma de Sousa	11.170	29	13
Maria Traciela de Brito	13.005	29	33
Maria Fidélia da Rocha Brito	6.176	29	23
Wilson Francisco da Rocha	10.025	29	24
Rita Maria da Conceição Souza	4.522	29	15
Maria Firmiana de Sá	2.134	29	12
João Francisco de Souza	4.522	29	15
João Leobino de Brito	2.853	29	19
Francisco Valente da Rocha	2.905	29	11
Luis Pi Ta de Almeida	7.352	29	24
José Antonio de Almeida	11.823	29	17
João Augusto de Almeida	8.345	29	24
Amândeo de Almeida	11.063	29	17
Francisco Amador de Carvalho	3.307	29	11
Francisco José de Almeida	2.990	29	24
Conceição Fideia de Sousa Brito	6.637	29	17
Maria Belardina da Silva	11.743	29	31
Luís Filipe Almeida	4.061	29	14
João Raimundo de Sá	4.802	29	17
Francisco de Almeida	8.766	29	17
Maria Luísa de Almeida	11.131	29	13
Maria Antónia de Brito	6.329	29	24
Luís de Almeida	5.552	29	15
Maria Selva Filho	11.714	29	13
Luís de Almeida	2.072	29	17
Maria de Almeida	3.383	29	13
Filha Maria da Conceição	4.039	29	13
José Paulo de Almeida	2.856	29	17
Maria Madalena de Brito	2.820	29	17

Maria Cecilia da Conceição	13.111	290	330
Maria Marcelina de S. Maria	11.031	290	120
Maria José de Brito	2.928	290	140
João Marcos de Carvalho Neto	9.960	290	110
Leucival Geste de Silva	2.828	290	120
Adelina Odineir da Conceição	11.696	290	130
Isidorei dos Santos de Alencar.	10.125	290	240
Guilherme Alvedo Vaz	3.671	290	240
Antonio Julio Araujo	4.222	290	150
Almislau João de Barros	3.620	290	140
João de Deus Sampaio	3.333	290	140
Agostinho Joaquim de Sousa	4.544	290	120
Valéria M. Zucena	4.694	290	150
Jose Pereira de Souza	2.941	290	110
Luísa de Brito, Santa da Rocha	8.225	290	240
Luiz (João) de Brito	7.377	290	140
Luiz Maria Estelvenza de Sá	3.328	290	190
Luiz Carlos das Chagas Brito	6.420	390	170
Luiz Dinardo de Sá	13.111	290	330
Luiz Estevão de Sá	938	290	110
Luiz Francisco da Silva	3.741	290	140
Luziano Lívio Sobrinho	10.126	290	240
Maria Júlia de Jesus	3.158	290	120
Maria José de Brito	2.969	290	110
Francisco Antonio de Barros	3.625	290	110
Jose Raimundo de Sá	5.310	290	170
Luiz Vinício de Souza	11.309	290	110
Albino José da Rocha	4.191	290	150
Luiz Carlos de Sá	2.937	290	130
Luiz Flávio de Sá	12.496	290	350
Luiz Carlos de Sá	5.177	290	170
Luizita Eva da Costa	12.595	290	310

Antonio Martin de Lima	3560	29	14
Isabel Maria da Costa	2.887	29 ^a	11 ^a
Elisio Joaquim de Sousa	8.807	29 ^a	17 ^a
Antonio Vincenciu de Souza	10.321	29 ^a	23 ^a
João de Aquino de Este	11.755	29 ^a	31 ^a
Maria de Tatima Brito	7.544	29 ^a	24 ^a
Maria Ana de Aguiar	2.427	29 ^a	19 ^a
Isabel Maria de Aguiar	2.606	29 ^a	11 ^a
João Francisco de Aguiar	4.122	29 ^a	13 ^a
João de Aguiar	3.306	29 ^a	12 ^a
João de Aguiar	2.383		11
João de Aguiar	2830		13
João de Aguiar	4.077	29 ^a	13 ^a
João de Aguiar	11.080	29 ^a	12 ^a
João de Aguiar	11.504	29 ^a	13 ^a
João de Aguiar	10.028	29 ^a	24 ^a
	10.655		
David Raimundo de Aguiar	11.778	29 ^a	31 ^a
João de Aguiar	4.085	29 ^a	11 ^a
Milson Raimundo de Aguiar	11.783	29 ^a	31 ^a
João de Aguiar	3.015	29 ^a	11 ^a
Sebastião Eneas de Sousa	4032	29 ^a	13
Galmei Lourenço de Aguiar	10429	29 ^a	23 ^a
Zulmira Paulina de Aguiar	10428	29 ^a	23 ^a
Maria Purêza de Sousa	5767	29 ^a	17 ^a
Noêmia Isabel de Lima	12527	29 ^a	31 ^a
Maria das Graças Ferreira de Sousa	4.168	29 ^a	15 ^a
João Francisco da Rocha	11.148	29 ^a	12 ^a

Li de Moraes Pareto	4294	29 ^o	15 ^o
Mozato Vicente de Lima	3557-	29 ^o	11 ^o
Maria Firmiana de Lima	3695	29 ^o	12 ^o
Phoás Candido Carvalho	3277	29 ^o	13 ^o
Pi Sidero de Brito	2838	29 ^o	11 ^o
Remcio goze de Carvalho	2940	29 ^o	11 ^o
Romulo Francisco de Sa	1.023	29 ^o	13 ^o
Ricardo Augusto Fialho	2.843	29 ^o	13 ^o
Rogério José de Carvalho	4.224	29 ^o	15 ^o
Roldes Américo da Rocha	3.484	29 ^o	14 ^o
Rogério Joac de Brito	2.835	29 ^o	11 ^o
	4.247	29 ^o	15 ^o
Rosa Gomes da Silva	3.558	29 ^o	11 ^o
Romulo Joaquim de Lima	4.249	29 ^o	15 ^o
Ronaldo Américo da Rocha	5.857	29 ^o	17 ^o
Rosario de Carvalho Neto	5.768	29 ^o	15 ^o
Rosalia do Socorro Fialho	13.027	29 ^o	31 ^o
Rosalia Isabel de Brito	13.041	29 ^o	12 ^o
Rosalia Aparecida da Rocha	8.368	29 ^o	24 ^o
Rosalia Maria de Sa	11.908	29 ^o	20 ^o
Rosalia Francisco Alencar	4.955	29 ^o	15 ^o
Rosario Azevedo Brito	4.298	29 ^o	19 ^o
Rosario Francisco de Jesus	2.796	29 ^o	11 ^o
Rosario Gilberto Galvão de Sa	3.413	29 ^o	14 ^o
Rosario Ludgero de Brito	5.872	29 ^o	13 ^o
Rosario Josefina da Rocha Carvalho	7.012	29 ^o	23 ^o
Rosario Evelina dos Meles	2.299	29 ^o	14 ^o
Rosario Francisco de Farias	0		
Rosario Maria da Sousa	9.841	29 ^o	15 ^o
Rosario Francisco de Oliveira	8.804	29 ^o	17 ^o
Rosario Antonio de Brito	8.034	29 ^o	24 ^o
Rosario Helena Joana de Brito	4.661	29 ^o	15 ^o

ria Joana da Conceição	2.420	290	120
Francisca Ana de Lima	2.829	290	110
ANCLIO CARVALHO	3.737	290	140
Momoca da M. d. J. e S. M. S.	8.199	290	240
João Luiz dos Santos	5.502	290	170
Assis, para de Brito	2.844	290	120
Abel de Almeida Lima	2.356	290	110
Maria Fátima de Brito	7.304	290	230
Wilson Gomes de Almeida	1.003	290	130
Chorizonte	4.811	290	170
Sônia Moreira da Cunha Sobrinho	4.261	290	150
Joná Brito de Sousa	3.345	290	120
Edna Lande da Costa	3.577	290	140
Maria Ozete Fialho	12.902	290	310
Francisco de Alcântara da Silva	3.228	290	110
Francisco de Alcântara da Silva	3.636	290	110
Francisco de Alcântara da Silva	11.555	290	120
OMIAO 2299 via d. m. d. r. a. r. a.	9.271	290	240
Raimunda Maria de Jesus	12.910	290	310

reconheço verdadeira a P. firma em
 número 150, a começar por este
 nome de Sousa e a terminarem por
 mundo Maria de Sousa
 Em testemunha da verdade,
 Fio. J. de Alcântara da Silva
 Tabelião do 2º Ofício.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Idelfonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.

ANEXO C: (Ofício enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa, pelo Presidente do TRE, informando o número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do povoado Alagoinha e adjacências).

Ao chefe do Gabinete da Presidência
Em 26/04/1985
Túcio Torres
Túcio Torres
Diretor Legislativo


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Teresina, 25 de abril de 1985

N.º 231

Lido no Expediente
Em 29/04/85
Sabino Paulo

Ao 1.º Secretário para ler
no expediente.
Em 29/04/85
Sabino Paulo
Presidente

Senhor Presidente,

Respondendo ao ofício de nº.AL.P.194, datado de 23 do fluente, dessa Egrêgia Presidência, tenho o grato prazer de informar que no povoado "Alagoinha" do município de Pio IX, 29a. Zona, desta Circunscrição, existem, no momento, 2.594 (dois mil quinhentos e noventa e quatro) eleitores, distribuídos em 10 (dez) seções eleitorais, ali instaladas.

Sirvo-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguido apreço.

Paulo de Tarso Mello e Freitas
DES. PAULO DE TARSO MELLO E FREITAS
PRESIDENTE DO T.R.E. DO PIAUÍ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DEPUTADO SABINO PAULO ALVES NETO
DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
TERESINA - PI

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Idefonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.

ANEXO D: (Ofício enviado pelo Secretário de Fazenda, circunscrição do Piauí, respondendo ao Presidente da Assembleia Legislativa sobre a arrecadação correspondente ao exercício de 1984, da área à ser desmembrada de Pio IX para formar o novo Município Alagoinha).

 GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE FAZENDA

OFÍCIO GSF Nº 372/85

Teresina, 21 de agosto de 1985.

Lido no Expediente
Em 21/08/85
Juraci Leite

Senhor Deputado,

Atendendo à solicitação de V. Exa. contida no Ofício AL-GAB-1º Sec., de 13 do corrente, informamos que a arrecadação das datas Pedras, Salamanca e Canindé do município de Pio IX, deste Estado, no exercício de 1984, preenche o requisito estabelecido no inciso IV, do art. 2º da Lei Complementar nº 01 de 09-11-67.

Colocando-nos à disposição de V. Exa. para outras informações que se fizerem necessárias, renovamos protestos de apreço e consideração.

José Harold de Arêa Matos
José Harold de Arêa Matos
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Exmo. Sr.
Dep. GERARDO JURACI CAMPELO LEITE
DD. 1º Secretário da Assembléia Legislativa
LOCAL

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Idelfonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.

ANEXO E: (Relatório feito pelo Delegado do IBGE, respondendo á solicitação quanto ao mapeamento da área a ser desmembrada para formar o município de Alagoinha, bem como o número de moradores do povoado e das áreas rurais).



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBGE

.DECE/PI/85

Poesina, 18 de julho de 1985.

Lido no Expediente

Em 21 / 07 / 85

Gerardo Leite

V. Ex. Sr.

Dep. Gerardo Juraci Campelo Leite

DD. 1º Secretário da Assembleia
Legislativa

LOCAL

Senhor Deputado,

Em atenção ao ofício AL-AMB-1º SEC-0031, de 03 de maio do corrente ano, remeto a V. Ex. o relatório da Comissão designada para verificar a existência do centro urbano - Povoado Alagoinha, bem assim estimar a população do Povoado atrás mencionado e da área formada pelas Datas: Pedra, Salamanca e Conimé, do Município de Pio XII, para efeito de criação de município, tudo na forma da Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967.

At ensejo, reitero a V. Ex. protestos de estima e consideração.

Mendes Ribeiro
José de Anchieta Mendes Ribeiro
DELEGADO DO IBGE

JNR/lsm •
GAB.

FUNDAÇÃO IBGE

DELEGACIA DO IBGE NO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO IS Nº 008/85

Lido no Expediente

Em 11/12/85

Presença

R E L A T Ó R I O

Senhor Delegado,

Em atenção à determinação dessa Delegacia emanada na ordem de serviço IS DECE/PI Nº 008/85, de 30.05.85, que designou a Comissão, abaixo assinada, para verificar no local a existência de Centro Urbano e População necessários à elevação de Município o Povoado Alagoinha e sua área de influência, atendendo assim, solicitação da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, através do ofício AL-CAD-1ª SEC-0031, de 08.05.85, com apoio na Lei Complementar nº 1, de 09.11.67.

De acordo com orientação dessa Delegacia e instruções complementares, fez-se a contagem dos domicílios e da população do Povoado Alagoinha utilizando o processo universal de indagação, isto é, casa por casa. Procedimento diferente foi utilizado para a contagem dos domicílios e da população das Datas indicadas pela Assembleia Legislativa onde em todas as localidades rurais visitadas indagou-se os principais moradores e líderes comunitários, sobre a população e domicílios existentes.

Para análise e comparação do trabalho, bem como para facilitar a localização das comunidades rurais, foi utilizado Cademetas do Censo Demográfico de 1980, que, se encontravam na Agência de Jaicós.

O trabalho de campo foi iniciado pelo Povoado Alagoinha, onde foi feita a delimitação da zona urbana e o respectivo croqui, anexos 1 e 2, seguindo pela contagem dos prédios e pessoas moradoras, conforme anexo - 3.

Para os trabalhos da zona rural, a equipe foi acompanhada por um morador do Povoado Alagoinha e conhecedor da região a ser visitada, conforme anexos 4, 5 e 6.

Resalto, por oportuno, que durante a execução dos trabalhos, a equipe teve o apoio pessoal e material das autoridades municipais.

Ao final dos trabalhos, encontrou-se os seguintes resultados:

ANEXO - 1

Município de Pio IX

Em 21 de junho de 1985
juracileide

DELIMITAÇÃO DO CENTRO URBANO
DO POVOADO ALAGOINHA

Tem como ponto inicial e final, a casa de Osvaldo Joaquim de Carvalho, na saída da estrada para a sede municipal (Pio IX).

A linha de limite segue pelos seguintes pontos de referência: partindo da casa do Senhor Osvaldo Joaquim de Carvalho, inclusive, segue por uma reta em direção Sudoeste, até a torre de repetição de televisão; daí por outra reta em direção Oeste, até a casa do Senhor João Jacinto, inclusive, no caminho para a Serra Monte passando pelas casas de Maria Helena Sobreira e João Bila, exclusives, daí pelo caminho para Serra Monte, passando pelo cemitério, vai até a casa do Senhor Francisco Policarpo de Sousa (Chico Dário), inclusive, na estrada VPI-09; daí em linha reta até o Rio Marçal ou Riachão; daí pelo Rio Marçal ou Riachão em direção Leste, vai até uma reta em direção à casa do Senhor Osvaldo Joaquim de Carvalho; pela citada reta, passando pela casa do Senhor Ângelo João de Brito vai ao ponto inicial.

Teresina-PI, 13 de junho de 1985

Valdir Lopes
 Valdir Lopes Magreira
 CHEFE DO SECOL

Antonio Amundo
 Antonio Amundo Gonzaga Martins
 CHEFE DA SEDUBI

Luís Alexandre Magreira
 Luís Alexandrino Magreira
 AGENTE DE COLETA

ANEXO - 4

Município de Pio IXLido no Expediente
Em 21/08/85
*Guacelente*DELIMITAÇÃO DA ÁREA A SER DESMEMBRADA
PARA CRIAÇÃO DE NOVO MUNICÍPIO

A área a ser desmembrada do Município de Pio IX, constante do ofício nº AL-GAB - 1ª SEC - 0031, de 08.05.85, da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, é constituída pelas datas:

Canindé, Pedras e Salamanca, conforme mapa, em anexo.

Teresina-PI, 13 de junho de 1985.

Valdir Lopes Nogueira
Valdir Lopes Nogueira
CHEFE DO SECOL

Antonio Raimundo Gonzaga Martins
Antonio Raimundo Gonzaga Martins
CHEFE DA SEDDI

Enéas Alexandrino Nogueira
Enéas Alexandrino Nogueira
AGENTE DE COLETA

Lido no Expediente
Em 21.08.1985
Juracilda

ÁREA URBANA (Povoado Alagoinha)

Prédios Domiciliares	264
Prédios Não Domiciliares	89
Pessoas Moradoras	1 429

ÁREA RURAL

Prédios Domiciliares	1 721
Prédios Não Domiciliares	16
Pessoas Moradoras	8 759

TOTAL GERAL

Prédios Domiciliares	1 985
Prédios Não Domiciliares	105
Pessoas Moradoras	10 188 ✓

Teresina-PI, 21 de junho de 1985

Valdir
Valdir Lopes Nogueira
CHEFE DO SECOL

Antonio
Antonio Raimundo Gonzaga Martins
CHEFE DA SEDODI

Elías
Elías Alexandre Nogueira
AGENTE DE COLETA

ANEXO F: (Ofício enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral, solicitando que este tome as devidas providências no sentido de realizar a consulta plebiscitária da população interessada, se deseja o não a emancipação e a permanência ou não do nome de origem).



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
 GABINETE DO PRESIDENTE

AL-P- 291

Teresina, 29 de agosto de 1985

Senhor Presidente:

Tendo em vista o disposto no art. 3º e seu parágrafo, da Lei Complementar nº 01, de 09 de novembro de 1967, publicada no DOU de 20 do citado mês e o Parecer Prévio favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Assembleia Legislativa, sobre o cumprimento das exigências do art. 2º do mencionado diploma legal, solicito-lhe providências no sentido de ser feita consulta plebiscitária à população das Datas Pedra, Salamanca e Canindé situadas no município de Pio IX, sobre a elevação do povoado Alagoinha (Data Pedra) a cidade, sede do município, com a denominação de Marianópolis ou se, com a referida elevação, deverá ser conservado o nome de Alagoinha, que hoje batiza o povoado.

Antecipo agradecimentos pela atenção dispensada e, no ensejo renovo protestos de consideração e apreço.

Dep. Sabino Paulo Alves Neto
 P R E S I D E N T E

Ao Exmo. Sr.
 Desembargador Paulo de Tarso Mello e Freitas
 DD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Local

ANEXO G: (Ofício enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa pelo Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral, em resposta á solicitação sobre a consulta plebiscitária da população interessada, se deseja o não a emancipação e a permanência ou não do nome de origem, marcando este a data do dia 22 de dezembro de 1985).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

Teresina, 27 de setembro de 1985

N.º 718/85

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa. que este Tribunal, em sessão do dia vinte e cinco do mês em curso, apreciando os Autos de Pedido de Consulta Plebiscitária, Nº 1020, das datas Pedra, Salamanca e Canindê, município de Pio IX, resolveu, unânime e de acordo com o parecer da Douta Procuradoria, desacolher a preliminar de devolução dos Autos à Assembléia Legislativa para melhores esclarecimentos - suscitada pelo Juiz Dr. Luis Fortes do Rego-e, no mérito, resolveu, unânime e de acordo com o parecer verbal da Douta Procuradoria, deferir o pedido de realização do plebiscito nas datas Pedra, Salamanca e Canindê, do município de Pio IX, fixando, através de Resolução, todas as normas a respeito do mencionado plebiscito, estabelecendo, de logo, o dia 22 de dezembro do ano em curso para a consulta popular solicitada por essa Augusta Assembléia Legislativa do Piauí.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V.Exa. protestos de estima e consideração.

DES. WALTER DE CARVALHO MIRANDA
PRESIDENTE, em exercício

Exmo. Sr.
Dep. Sabino Paulo Alves Neto
M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí
Local

ANEXO H: (Fotocópia da Ata Final de Apuração referente ao Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985).

 JUSTIÇA ELEITORAL	<p style="margin: 0;">PIAUI</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px dotted black;"/> <p style="margin: 0; font-size: small;">(Circ. ou Estado) 29ª Zona</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px dotted black;"/> <p style="margin: 0; font-size: x-small;">(Zona ou Comarca)</p>
---	--

ATA FINAL DE APURAÇÃO

Aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco (1985), sob a presidência do MM. Juiz Eleitoral desta 29ª vigésima nona zona, presentes ainda o Dr. Fernando Lopes e Silva Neto, Juiz Eleitoral da 40ª Zona; designado pelo Tribunal Regional Eleitoral para auxiliar no plebiscito no Povoado de Alagoinha, desta Zona Eleitoral, Valter de Sousa Oliveira, Maria das Graças Ferreira de Sousa e Maria do Socorro Alencar Almeida, os escrutadoras José Valmir de Sá, Rita Maria da Conceição Sousa, José Francisco da Rocha, Pedro José Neto, Geraldo Bezerra de Alencar, Antonio Eloi de Moura Fé, funcionando como Secretário Geral, delegados e fiscais, Judas Tadeu Soares Matos, Agatângelo Neiva Luz, Luiz Alves Gonzaga, Domiciana Antão de Carvalho, Duceilde Antão de Carvalho, Fernando Luiz Arrais, a DD. Representante do Ministério Público, Dra. Lúcia Rocha Cavalcanti, presente também o Senhor Prefeito Municipal, Dr. José Antão de Alencar Neto, Vice-Prefeito José Ferreira de Alencar Mota, os vereadores: Salomão Caetano de Carvalho, José Enéas de Sousa, Braz José Neto, Paulo Pinheiro - Presidente da Câmara Municipal - Sebastião Freire de Andrade Arrais, foi iniciada a contagem de votos do Plebiscito para elevação a categoria de Alagoinha do Piauí ou Marianópolis, realizado em 22 de dezembro do corrente, para votação sobre Emancipação e escolher nome do Povoado de Alagoinha, compareceram e votaram no referido plebiscito 2.041 (dois mil e quarenta e um) eleitores, nas dez (10) seções Eleitorais do citado Povoado cuja votação e resultado foi o seguinte. Pela Emancipação:

11ª - 203 sim, 06 não, 02 votos em branco, 13 votos nulos, 12 votos em separado - totalizando em 224 votantes; 12ª - 215 sim 11 não, 00 votos em branco, 11 votos nulos, 10 votos em separado, totalizando 237 votantes; 13ª seção: 206 sim, 05 não, -

68

MOD N.º 8



JUSTIÇA ELEITORAL

ATA FINAL DE APURAÇÃO

08 votos em branco, 07 nulos, 06 em separado, totalizando 226 votantes; 14ª seção: 179 sim, 08 não, 03 votos em branco, 09 nulos, 03 em separado, totalizando 199 votantes; 15ª Seção: 174 sim, 11 não, 02 em branco, 00 nulo, 02 em separado, totalizando 187 votantes; 17ª Seção: 172 sim, 06 não, 01 em branco, 14 nulos, 28 em separado, totalizando em 193 votantes; 23ª Seção: 180 sim, 10 não, 02 em branco, 15 nulos, 28 em separado, totalizando 207 votantes; 24ª Seção: 156 sim, 05 não, 03 em branco, 18 nulos, 19 em separado, totalizando 182 votantes; 31ª Seção: 225 sim, 09 não, 01 em branco, 05 nulos, 02 em separado, totalizando 240 votantes; 33ª Seção: 135 sim, 05 não, 03 em branco, 12 em separado, totalizando 146 votantes; sendo 1.845 sim, 76 não, 25 votos em branco, 95 votos nulos, 122 votos em separado, correspondendo a soma de 2.041 votantes. Pelo nome. 11ª Seção: Alagoinha do Piauí 128, Marianópolis 76 digo 73, votos, em branco 01, nulos 22, em separado 12, totalizando 224 votantes. 12ª Seção: Alagoinha do Piauí 118, Marianópolis 96, votos, em branco 01, nulos 22, em separado 10, totalizando 237 - votantes. 13ª Seção: Alagoinha do Piauí 119 Marianópolis 88, votos, em branco 07, nulos 12, em separado 06, totalizando 226 votantes. 14ª Seção: Alagoinha do Piauí 111, Marianópolis 76 votos em branco 02, nulos 10, em separado 03, totalizando 199 votantes. 15ª Seção: Alagoinha do Piauí 97, Marianópolis 76 votos em branco 00, nulos 14, em separado 02, totalizando - 187 votantes. 17ª Seção: Alagoinha do Piauí 102, Marianópolis 70, votos em branco 00, nulos 21, em separado 28, totalizando 193 votantes; 23ª Seção: Alagoinha do Piauí 111, Marianópolis 69, votos em branco 02, nulos 25, em separado 28 totalizando 207 votantes; 24ª Seção: Alagoinha do Piauí 87, Marianópolis/ 69, votos em branco 03, nulos 23, em separado 19, totalizando 182 votantes; 31ª Seção: Alagoinha do Piauí 149, Marianópolis 76, votos em branco 01, nulos 14, em separado 02, totalizando'



JUSTIÇA ELEITORAL

PLANI

(Circ. do Estado)
29ª Zona

(Zona ou Comarca)

ATA FINAL DE APURACÃO

240 votantes: 33ª Secção: Alagoinha do Fiqui 93, Marianópolis 42, votos em branco 02, nulos 09, em separado 12 totalizando - 146 votantes, tendo pelo nome do Município, Alagoinha do Fiqui 1.115 e por Marianópolis 735 e mais 19 votos em branco, 172 nulos, 122 em separado, totalizando 2.041 votantes. Durante os trabalhos de apuração foi requerido pela Junta Promotória de Justiça a nulidade do voto da eleitora: Maria de Lourdes de Sousa, Título nº 6.453, sob alegação de ter a referida eleitora votado por duas vezes, sendo que votou na 17ª Secção na sua folha individual de votação constante da respectiva secção e pasta em separado na 23ª secção apresentando o título de nº acima referido, tendo nesta oportunidade o delegado do PMLB - protestado pela intempetividade do pedido, mas em seguida de sistindo, decidindo a junta por unanimidade pela a nulidade - deste voto, não havendo qualquer recurso. Posteriormente foi levantada pelo Juiz Presidente da Junta apuradora, durante a apuração da 33ª Secção, questão em relação aos eleitores Adelia Maria da Conceição e João Joaquim de Sousa, que votaram / em separado. Comprovado que os citados eleitores requereram / inscrição junto a esta 29ª Zona, em data posterior a 12.11. 1985, data limite fixada pelo Tribunal Regional Eleitoral para que os eleitores que prestaram declaração pudessem votar legalmente no plebiscito de 22.12 do corrente - decidiu a - junta apuradora por unanimidade, pela nulidade dos votos destes eleitores, inexistindo qualquer recurso por parte dos interessados. Durante a apuração dos votos da 33ª Secção verificou a junta incoincidência entre o nº de votantes e o de cédulas encontradas na urna, tendo a junta decidido que tal diferença, não constituia motivo de nulidade da votação, decisão esta por unanimidade sem existência de recurso, pelas partes/ interessadas. Após a apuração de cada Secção foram publicados boletins e afixados em lugar de costume para conhecimento dos interessados. E, como nada mais foi tratado o MM. Juiz Presi-



JUSTIÇA ELEITORAL

Fls. 04

Piauí

(Circ. ou Estado)

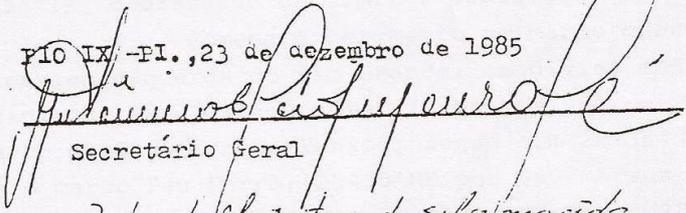
29ª Zona

(Zona ou Comarca)

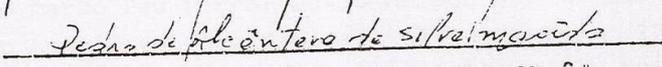
ATA FINAL DE APURAÇÃO

o presidente da junta Eleitoral agradeceu aos membros da junta apuradora, e especialmente na pessoa do Sr. Fernando Lopes e Silva Neto, Juiz auxiliar designado pelo Tribunal Regional Eleitoral, aos escrutinadores e todos os demais que colaboraram para o bom andamento dos trabalhos de apuração, realizados no Fórum desta cidade e Comarca de PIO IX -PI. Eu: Antonio Eloi de Moura - Secretário Geral designado. aa) Sr. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo - Juiz Presidente - aa) Sr. Fernando Lopes e Silva Neto - Juiz Auxiliar - Maria do Socorro Alencar Almeida. Valter de Sousa Oliveira - Maria das Graças Ferreira de Sousa - a) Lúcia Rocha Cavalcanti - Promotora de Justiça. Está conforme o Original.

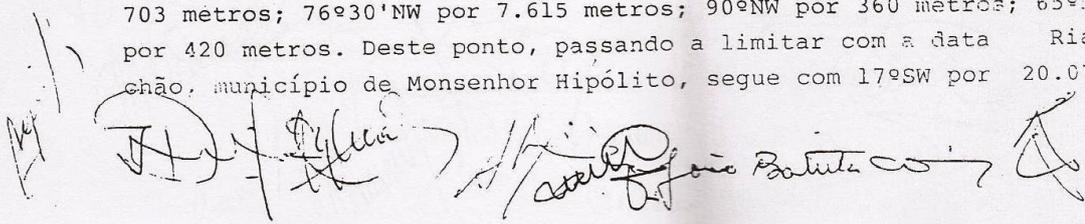
PIO IX -PI., 23 de dezembro de 1985


 Secretário Geral

Visto:


 Sr. Pedro de Alcântara da Silva Macêdo
 Juiz Presidente -

ANEXO I: (Projeto de Lei que "Cria o município de Alagoinha do Piauí e dá outras providências", de 04 de março de 1986, de autoria do Dep. Idelfonso Vieira Dias).

 ESTADO DO PIAUÍ Assembléia Legislativa		Nº 0243/86 Data 11/03/86 Assunto Projeto de lei Rubrica Maguino Matricula
Projeto de Lei Nº _____		
Cria o município de "ALAGOINHA DO PIAUÍ" e dá outras providências.		
O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ:		
DECRETA:		
Art. 1º - Fica criado o município de "ALAGOINHA DO PIAUÍ", com sede no atual povoado "ALAGOINHA" que, por esta lei, se eleva à categoria de cidade.		
Art. 2º - A circunscrição territorial do novo município de "ALAGOINHA DO PIAUÍ" será constituída das datas Canindé, Salamanca e Pedras, obedecendo as suas linhas perimétricas já julgadas em competente processo demarcatório e desmembradas do município de Pio IX, obedecendo os limites seguintes:		
Começa o perímetro no marco cravado a 220 metros da margem esquerda do rio Grande, em divisa com a data Macacos, município de São Julião, rumo 37º NE por 900 metros, encontrando o marco da Capoeira de Tonico, segue com 28º30'NE por 850 metros até o marco Pau Ferro; 20º30'NE por 569 metros até o marco denominado Malhadinha das Cupiras; 37º30'NE por 1.272 metros até o marco da estrada PIO IX - Lagoinha; 41º30'NE por 900 metros até o marco Chapada da Macambira; 54º15'NE por 1.000 metros até o marco Rocinha; 25º30'NE por 580 metros até o marco Cercado do Meio; 30º30'NE por 716 metros até o marco no lugar denominado Riacho dos Bois. Daí, passando a limitar com a data Povoação, município de PIO IX, segue com 4º30'NE por 2.665 metros até o marco Morro do tonico; 15º30'NE por 12.400 metros; 38ºNE por 423 metros até o marco denominado Chapada do Caldeirão do David, que divide as datas Canindé, Povoação e Cova Donga. Deste ponto, passando a limitar com a data Cova Donga, segue com 47º30'NW por 5 metros; 37º15'NW por 1.300 metros; 88ºNW por 3.425 metros; 4º30'NE por 610 metros; 8º45'NW por 800 metros; 66ºNW por 1.005 metros; 41ºNW por 703 metros; 76º30'NW por 7.615 metros; 90ºNW por 360 metros; 65ºNW por 420 metros. Deste ponto, passando a limitar com a data Riachão, município de Monsenhor Hipólito, segue com 17ºSW por 20.071		
		

Lido no Expediente
Em 02/03/86

Projeto de Lei
Comissão de Constituição e Justiça

